

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO



Ano VII • Número 56

58º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

Um balanço do evento que amplia
o espaço de diálogo entre os
municipalistas.

Página 24

**Marcos Monti fala
de seus planos na
presidência da APM.**

Página 6



5 setembro de 2014

Data histórica para os municípios brasileiros. Página 9

Sumário



12 Giro Municipal

22 Análise Política

Estratégia é o Xis do governo municipal, e da eleição

24 58º CEM

Congresso Estadual de Municípios ocorreu em Campos do Jordão, de 18 a 22 de março de 2014

34 Galeria de Fotos

58º Congresso Estadual de Municípios

05 Editorial

06 Entrevista

Marcos Monti

09 Especial:

5 de setembro de 2014
Evento histórico para os municípios brasileiros



39 Página da História

Agenor Pereira - IN - MEMORIAN

40 SOS Municípios

A mobilização municipalista pelo aumento do FPM

41 TCE

Sistema AUDESP:
Serviço de Fiscalização

44 Ações Sociais

Fundo Social de Solidariedade de Bertioga



47 IBGE

Aspecto da Gestão dos Municípios de São Paulo

51 IPT

Áreas contaminadas nos grandes centros urbanos. Ações do IPT

55 Municípios Aniversariantes

Junho e Julho

57 Análise Jurídica

Controle interno:
uma providência imediata

59 Artigo Jurídico

Contratação integrada

62 Casos e Causos

Economia de Água

Presidente da APM

Marcos Roberto Casquel Monti
Prefeito de São Manuel
(1993 a 1996 e 2013 a 2016)

3º Vice-Presidente

José Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito de Bertioga
(1993 a 1996 – 2009 a 2012 e 2013 a 2016)

2º Vice-Presidente

Jonas Donizette
Prefeito de Campinas (2013 a 2016)

4º Vice-Presidente

Belkis Gonçalves Santos Fernandes
Prefeita de Ourinhos (2013 a 2016)

Secretário Geral

Carlos Alberto Cruz Filho
Vice-Prefeito e Vereador de Campinas
(1983 a 1988 e 1997 a 2000)

Tesoureiro Geral

Aquevirque Antonio Nholla
Vice-Prefeito e Vereador de São João da Boa Vista (1993 a 1996 e 1983 a 1992)

2º Secretário

Sebastião Misiara
Vereador de Barretos
(1972 a 1996)

1º Tesoureiro

João Emílio Buzzo
Prefeito de Mendonça
(1989 a 1992 e 1997 a 2000)

3º Secretário

Antonio Cesar Simão
Prefeito de Itapuí (1993 a 1996)

2º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues
Prefeito de Aparecida
(2001 a 2008)

3º Tesoureiro

Maria Antonieta de Brito
Prefeita de Guarujá
(2009 a 2012 e 2013 a 2016)

Comissão de Sindicância

José Bernardo Ortiz Monteiro Junior – Prefeito de Taubaté (2013 a 2016)
Newton Rodrigues Freire – Prefeito de Gália (1989 a 1992 – 2013 a 2016)
Flávio Callegari – Prefeito de Atibaia (1993 a 1996)

Conselho Fiscal

Lauro Michels Sobrinho – Prefeito de Diadema (2013 a 2016)
Roque Joner – Prefeito de Pratânia (1997 a 2004 – 2013 a 2016)
Silas Bortolosso – Prefeito de Osasco (1997 a 2000)

Conselho Deliberativo

Marilene Mariottini – Vereadora de Mogi-Mirim (1989 a 2008)
Geraldo Antônio Vinholi – Prefeito de Catanduva (2013 a 2016)
Luiz Souto Madureira - Prefeito de Tietê (1988 a 1992)

Velhas bandeiras, novos desafios.



É empolgante como o movimento municipalista se recicla e se molda de acordo com as demandas de momento, se mantendo atuante e interpretando sempre os anseios, desejos e necessidade dos seus representados.

Comparamos a condução política da APM – Associação Paulista de Municípios a uma corrida de revezamento, onde o dirigente que sai, entrega o bastão ao que chega, para que continue conduzindo a entidade, buscando o fortalecimento dos Municípios.

Estamos, no momento, empenhados na mobilização para a Audiência Pública convocada pelo Ministério Público Federal, juntamente com o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, onde e quando a participação de Prefeitos, Vice Prefeitos e Vereadores, poderá se constituir em um episódio verdadeiramente histórico para o movimento municipalista. Tratamos do assunto em matéria específica na página 9.

Outro assunto de momento, é o movimento para a aprovação da PEC 406/2009, que aumenta o FPM – Fundo de Participação dos Municípios de 23,5% para 24,5%. Elaboramos Carta Aberta à população do Estado de São Paulo, sob o título **SOS MUNICÍPIOS**, expondo os problemas causados pela transferência de obrigações e responsabilidades dos Governos Federal e Estadual, sem que haja o repasse dos respectivos recursos. Também tratamos desse assunto em matéria própria, com a publicação da **CARTA ABERTA**.

Sigamos, pois, em frente, sem descuidar do processo eleitoral, cada qual engajado com as bandeiras de seus partidos, sabendo que ao final das eleições, o movimento municipalista volta a ficar unido em torno de suas bandeiras, com a característica que une a todos, o suprapartidarismo.

Saudações municipalistas



MARCOS MONTI
Presidente da APM

CONSELHO EDITORIAL

Marcos Monti
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antonio Nholla

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lucas Echimenco
MTb 13.707

DIREÇÃO DE ARTE

Núbia Barros

FOTOS

Reinaldo Vaz

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
📞 (11) 2165-9999
✉ apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



O fortalecimento da APM será o fortalecimento do município

Na presidência da APM, Marcos Monti amplia diálogo e quer aprofundar discussões

Desde abril deste ano, Marcos Monti é o novo presidente da Associação Paulista de Municípios (APM) por força do calendário eleitoral que determina a descompatibilização de cargos públicos por parte daqueles que serão candidatos nas próximas eleições, caso do ex-presidente Celso Giglio. Com seu jeito calmo, analítico e bom ouvido, aos 47 anos, Marcos Monti vai acumular as funções de prefeito da cidade de São Manuel e de presidente da APM. Ele sabe das dificuldades e desafios que terá pela frente nas duas situações. Por isso, já inicia seus trabalhos com o pé na estrada, sendo um dos seus compromissos a Marcha à Brasília, na qual prefeitos de todos os pontos do País vão ao Governo Federal levando suas importantes demandas. Marcos Monti sonha com uma entidade cada vez mais forte, mais intensa nos seus vínculos com as cidades e prefeitos. Nesta entrevista a Municípios de São Paulo, Monti fala dos seus planos para os próximos anos iniciando com uma análise da formação dos municípios no Brasil.



Por que a vida dos municípios se tornou tão difícil no Brasil?

Antes de mais nada, temos uma larga história que precisamos entender. Como surgiram os municípios no Brasil e fora do Brasil? Vou resumir: no Brasil os municípios surgiram como uma espécie de continuação ou ampliação das fazendas, ou seja, como extensão de um tipo de poder organizado em torno do patriarca. Fora do Brasil, os municípios surgiram como resultado das comunas, pequenos agrupamentos humanos que se organizaram e dos quais resultaram as cidades.

Essa característica histórica ainda nos causa problemas?

Eu acho que sim, mesmo tendo passado por transformações. Temos uma longa história de aglomerados urbanos que se fazem sem planejamento, ou que resolvem com mau planejamento questões importantes. E mais do que isso, fora do Brasil os municípios nasceram como uma união de forças para preservar seus direitos frente ao ente maior, o Estado. Veja que mesmo

“Precisamos unir nossos esforços para que as cidades planejem melhor”

com todo o peso do regime nazista, a força dos municípios alemães, só para citar um exemplo, foi respeitada, com os municípios sendo considerados no mesmo nível do Estado, fazendo sua receita e seu plano de investimentos e pagando à União aquilo que devem, mas sem comprometer seu próprio plano de investimentos.

O é preciso para que os municípios brasileiros cheguem ao mesmo nível?

Temos uma missão pela frente. Aprofundar o vínculo com as prefeituras e com os prefeitos. Note que eu faço uma distinção: a prefeitura precisa prestar serviços de maior qualidade e o prefeito precisa ter um norte claramente demarcado a partir desse diagnóstico. Lembre-se que 70% dos municípios brasileiros tem menos de 30 mil habitantes. Ou seja, precisamos unir nossos esforços no sentido de fazer com que as prefeituras planejem melhor e executem melhor. Todo bem público que é feito e refeito custa mais caro.



Acompanhado da Primeira Dama Andréia Siqueira Monti, o Presidente da APM e Prefeito de São Manuel, Marcos Monti recebe o troféu municipalista durante o 57º Congresso Estadual de Municípios em Santos / SP



Quer dizer que no plano técnico as prefeituras ainda precisam de ajuda?

Há duas realidades. A das grandes cidades e a das pequenas cidades. Mas observe com atenção e verá que mesmo nas grandes cidades há problemas sérios de planejamento e de execução. Por isso mesmo é que a APM vai aprimorar tudo o que faz, dos congressos técnicos, como CBTIM, aos congressos mais gerais, como o anual, que será o de número 59 no ano que vem. A meu ver o fortalecimento da entidade será o fortalecimento do município”.

Não acha que deveria haver maior participação do cidadão?

O cidadão brasileiro está sobrecarregado. Somos eleitos para resolver os problemas do cidadão. Eu sou prefeito, estou voltando à prefeitura e tenho uma montanha de reivindicações para atender. E imagino como é difícil para o município entender os problemas administrativos, as limitações do orçamento, as leis e os mecanismos de controle que cercam os municípios. Por que exigir mais do cidadão? Sim, esperamos elevar permanentemente o grau de consciência de todos os atores sociais, isto vai do mais simples morador ao mais alto cargo do País. Tenho a convicção de que o cidadão ajudará mais à medida que receber melhores serviços públicos.

Já houve tempo para alguma providência nesse sentido?

Desde o primeiro dia estamos empenhados em ampliar as relações institucionais e os serviços de orientação. Fechamos parcerias, discutimos internamente novos projetos. Ainda é cedo para promessas mas estamos redefinindo os critérios temáticos de certos eventos. Vamos adotar os mais modernos instrumentos tecnológicos para ajudar os municípios.

Alguma questão de emergência?

Temos sim, a questão do indexador da dívida dos municípios. Contamos que as demandas dos municípios sejam levadas em conta. Não pedimos loucuras à União, queremos evitar que as finanças das cidades sejam colocadas numa situação que comprometa a capacidade de gerencial dos prefeitos, pois sempre há consequências em cadeia.

Estamos atentos, muito atentos.

“Somos eleitos para resolver os problemas de nossas cidades”



Presidente da APM e Prefeito de São Manuel, Marcos Monti, em visita de inspeção em obra no município



Realização

MPF
Ministério Pùblico Federal

Participe

5 de setembro de 2014

Audiência Pública

sobre subfinanciamento da saúde em SP.

Local: Auditório Nobre/Faculdade de Direito da USP, das 8 às 18h.

Apoio



Prefeitos, vereadores, secretários municipais e demais gestores públicos tem uma data histórica para fazer com que os municípios brasileiros entrem numa nova etapa no que diz respeito à prestação de serviços de melhor qualidade à população, sobretudo na área da Saúde.

Nessa data ocorrerá uma audiência pública convocada pelo Ministério Pùblico de Contas do Estado de São Paulo. Ocorrerá no auditório da Faculdade de Direito da USP, localizado no Largo de São Francisco, no centro da capital paulista. A Associação Paulista de Municípios (APM) deu apoio imediato à iniciativa. O mesmo foi feito pela União de Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp). Em reunião realizada no final de julho, pelo menos cinco entidades representantes de municípios do Estado de São Paulo confirmaram sua disposição de participar e, assim, fortalecer a busca efetiva por melhores soluções.



Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues



Presidente da APM e Prefeito de São Manuel, Marcos Monti; Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Drª Élida Graziane Pinto ; Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues; Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sidney Estanislau Beraldo e o presidente da UVESP, Sebastião Misara.

A audiência pública foi oficializada pela procuradora do Ministério Público de Contas do Estado, Élida Graziane Pinto. Estudosa do assunto, ela elaborou um minucioso documento, intitulado *"Inconstitucionalidade do subfinanciamento federal às ações e serviços públicos de Saúde"*. Em maio, a procuradora Élida Graziane e o Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, Pedro Antônio de Oliveira Machado, instauraram inquérito civil público, instrumento pelo qual serão tomadas medidas como a representação ao Procurador Geral da República e a proposição de Ação Civil Pública para apurar a regressividade *"de-liberada"*, conforme dados compulsados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Como explicam os procuradores, ao longo dos últimos 20 anos, a União iniciou um tipo de procedimento que configura hoje um quadro *"progressivamente" inconstitucional*. Trata-se da adoção da Desvinculação de Receitas da União (DRU) por meio de emendas constitucionais pela via do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A União deixou de respeitar critérios de isonomia com relação aos demais entes da federação, deixando de fixar correlação adequada entre o comportamento progressivo das receitas e o volume de recursos federais aplicados no Sistema Único de Saúde (SUS).

Uma das consequências mais danosas aos cofres municipais, explica o presidente da APM,

Marcos Monti, prefeito de São Manuel, foi a crescente necessidade de os municípios utilizarem seu orçamento para dar conta da prestação dos serviços de saúde. Dessa forma, em vez de aplicarem aquilo que é determinado por lei, com um limite de 15% do orçamento, as prefeituras já estão chegando a 30%, ou seja, 100% a mais do que estariam obrigadas a fazer.

Além de averiguar a fundo a questão do caráter regressivo nos dispêndios da União com Saúde, a audiência pública também irá discutir a "judicialização" da saúde que tomou conta do Brasil nos últimos anos. A judicialização que se caracteriza pela obtenção de atendimento médico, medicamentos de várias espécies, produtos complementares e procedimentos de diagnóstico médico pela via judicial.

Uma data histórica para os municípios

"Trata-se de um momento único para nós municipalistas, temos que unir nossas forças sem olharmos as cores partidárias, todos os prefeitos precisam entender e apoiar este momento histórico", conclama o presidente da APM, Marcos Monti.



GIR MUNICIPAL



As ações que tornam melhor a vida das pessoas onde elas vivem.

Prêmios Mário Covas de Inovação em Gestão e Selo Prefeito Empreendedor vão para Campinas

A Região Metropolitana de Campinas venceu a 10ª edição do prêmio Mario Covas na categoria **"Inovação em Gestão Estadual"** com o Sistema Regional de Defesa Civil. O prêmio valoriza iniciativas desenvolvidas por servidores públicos estaduais e agraciou a Região por conta da integração de seus 20 municípios nas ações da Defesa Civil. A premiação aconteceu no dia 30 de junho, na Sala São Paulo, na Capital. O prêmio foi recebido por três representantes do projeto, a diretora-executiva da AGEMCAMP, Ester Viana, o gestor Sérgio Gomide Costa, e o coordenador da Câmara Temática de Defesa Civil, Sidnei Furtado. Estiveram presentes o prefeito de Campinas, Jonas Donizette, e de Indaiatuba, Reinaldo Nogueira, cujo município recebeu menção honrosa pelo projeto referente ao Centro de Operações e Inteligência da Guarda Municipal.

Também foi para Campinas o prêmio Selo Prefeito Empreendedor, concedido pelo Sebrae em julho em cerimônia realizada na prefeitura da cidade. Dois projetos implementados foram responsáveis pela premiação: o Exporta Campinas, que visa auxiliar as pequenas empresas a exportar seus produtos, e o programa Mães Empreendedoras, que tem como objetivo transformar mulheres em empresárias por meio de capacitação nas áreas de moda, artes, costura e gestão empreendedora.

Em seu pronunciamento, o prefeito Jonas Donizette declarou: *"Um prêmio como esse tem um significado especial quando vem acompanhado de uma chancela como é a do Sebrae, uma instituição respeitada no Brasil e que tem um papel fundamental na solidificação dos negócios nas micro e pequenas empresas. Nós, em Campinas, damos nossa parcela de contribuição para fortalecer as micro e pequenas empresas, que são responsáveis por grande parte dos empregos oferecidos".*



Prefeito de Campinas, Jonas Donizetti recebendo o Prêmio do Sebrae.

Tuíze, de Itu, é o Prefeito Empreendedor de 2013/2014

O prefeito Antonio Tuíze, de Itu, recebeu no início de julho um dos mais cobiçados prêmios dedicados à gestão municipal na atualidade, o título de Prefeito Empreendedor, versão 2013/2014. O foco do reconhecimento é o empenho nas iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas. A entrega do Prêmio Sebrae São Paulo (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ocorreu em cerimônia realizada no auditório do Sindicato do Comércio Varejista e Lojista de Itu e Região. Em seu pronunciamento, o prefeito Tuíze fez questão de compartilhar a conquista com sua equipe. Ele afirmou que um conjunto de iniciativas em sua gestão dão o necessário apoio às empresas que se instalaram na cidade de tal modo que atraem ainda mais os empresários e incrementam a geração de emprego no município.

O prêmio foi conquistado devido a projeto do município de Itu que contempla uma política desenvolvimentista integradora, abrangente e inovadora. O objetivo do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor é reconhecer gestores que promovem o desenvolvimento econômico e social de seus municípios por meio do incentivo aos pequenos negócios. Entre as autoridades que prestigiaram o evento estavam a primeira-dama e presidente do Fundo Social de Solidariedade (Funssol) de Itu, Zélia Vaccari Gomes, o vice-prefeito Neto Beluci e sua esposa Silvana Volponi Beluci, o chefe de Gabinete, Dito Roque, o presidente do Legislativo ituano, Marco Aurélio Bastos, os vereadores Marquinhos da Funerária e Professor Feital.

Também participaram o gerente regional do

Sebrae, Carlos Alberto de Freitas, a gestora do Posto de Atendimento do Sebrae de Itu, Priscila Rabano Budemberg, o analista de atendimento do Sebrae, Paulo Alves de Moraes Neto, secretário municipal de Apoio ao Emprego e Incentivo ao Desenvolvimento Empresarial, José Rubens Gomes, secretários e diretores municipais. Alberto de Freitas declarou que a Prefeitura de Itu sempre se preocupou com as micro e pequenas empresas. Ele lembrou que o primeiro posto de atendimento do Sebrae instalado na região foi o de Itu.



Prefeito Tuíze recebe o diploma na sede da Prefeitura: primeiro posto do Sebrae na região nasceu em Itu.

São Paulo aprova novo plano diretor de olho no futuro



Foram nove meses de debates com mais de 60 audiências públicas. Por fim, em junho, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou por maioria absoluta o novo Plano Diretor da cidade, a maior da América Latina. A partir da entrada em vigor das novas posturas, a cidade passará por uma espécie de remodelação no seu perfil urbano. Será incentivada a construção de prédios mais ***“conectados”*** aos meios de locomoção, sobretudo o metrô. A revisão do Plano Diretor não foi um acidente. São Paulo possui um Plano Diretor Estratégico (PDE) aprovado em 2002, e o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana posta em prática no país e deve ser revisto a, pelo menos, cada dez anos. A revisão estava programada para acontecer em 2006.

Segundo o prefeito Fernando Haddad, a Prefeitura de São Paulo retomou o plano de revisão em 2013 com um amplo processo participativo que resultou no Projeto de Lei de revisão do PDE (PL 688/13).

A proposta foi encaminhada à Câmara no dia 26 de setembro de 2013 e um novo processo participativo foi coordenado pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e de Meio Ambiente, da Câmara Municipal.

O projeto foi sancionado no dia 31 de julho. Com isso, as empreiteiras poderão construir apenas duas vezes o tamanho do terreno dentro dos bairros e quatro vezes perto de corredores de ônibus e estações de Metrô e trem. Contudo, os projetos aprovados antes da entrada em vigor do novo Plano Diretor não sofrerão restrições. Permanecem inalterados os projetos anteriormente protocolados e aprovados pela administração municipal antes da sanção do prefeito.



Em Limeira, tecnologia para cortar custos

Começou a funcionar em junho um sistema inédito de identificação de usuários nos serviços de transportes coletivos. Foi na cidade de Limeira, a 150 km da Capital. O sistema é chamado de biometria facial e pode ajudar no combate a falsificações e utilizações indevidas de cartões destinados a idosos. Somente três cidades do Estado utilizam o sistema, Limeira, Águas de Lindoia e Piracicaba. Segundo a assessoria da Prefeitura, a implantação custou cerca de R\$ 1 milhão e foi inteiramente bancada pelas empresas Rápido Sudeste e Viação Limeirense. Ainda segundo a assessoria de imprensa, Limeira atende cerca de dois milhões de passageiros mensalmente. Destes, 30% das pessoas transportadas gozam de benefícios sociais. Segundo o prefeito Paulo Hadich, o combate às fraudes permitirá melhorias no transporte. *“Com a biometria facial, vamos conseguir de imediato reduzir as fraudes. Hoje, cartões de idosos são usados por jovens e os de estudantes por adultos. Mas o sistema não vai apenas identificar as irregularidades. Será possível mapear os hábitos dos usuários e como vem sendo usado o transporte público na cidade”.*



Envie sua correspondência para:
apaulista@apaulista.gov.br

Resíduo invisível nas cidades praianas

As garrafas de plástico soltas nas praias são um resíduo visível, fruto do descuido dos consumidores. Mas o que está fora do campo de visão também é resíduo e polui. Foi o que descobriu o cientista brasileiro Alexander Turra. Depois de cavar buracos com mais de dois metros de profundidade, ele recolheu um subproduto das indústrias de plásticos chamado *“pellet”*, que tem de 3 a 5 milímetros de tamanho. Turra também descobriu que o resíduo se espalha feito praga, tendo sido encontrado ao longo de 7 quilômetros das praias das cidades de Santos e São Vicente, na região da Baixada Santista.

“Somente 10% desses resíduos se encontram na superfície, por isso cavamos para ver até que ponto os pellets se misturaram ao solo”, disse o pesquisador. O estudo resultante do trabalho de Turra, e equipe, foi publicado originalmente na revista científica *Scientific Reports*.



Sumaré cria programa educativo para mais de 18 mil alunos

Mais de 1300 professores vão trabalhar na implantação do programa Palavra Cantada na cidade de Sumaré, a 100 quilômetros da Capital. Em evento realizado no dia 23 de julho, no Clube Recreativo local, a Prefeita da cidade, Cristina Carrara, saudou os participantes e falou das finalidades da iniciativa.

Carrara explicou que o projeto comandado pela Secretaria de Educação será um caminho novo para os mais de 18 mil alunos matriculados na rede municipal de ensino, abrangendo as turmas de Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Em seu pronunciamento, Cristina Carrara destacou a importância da vida escolar e do papel dos educadores para o desenvolvimento das crianças. “É com muita satisfação que estamos nesta cerimônia para lançar mais um excelente trabalho pedagógico e também para agradecer a toda a Rede Municipal, que é responsável por formar nossas crianças. Este é mais um tijolinho na construção de uma Educação Municipal cada vez melhor”, disse ela.

A prefeita destacou a importância do professor na formação de cada pessoa. “De todas as experiências que vivemos, acredito que uma das mais marcantes é a nossa trajetória escolar.



“Todo mundo, depois que cresce, tem na memória a imagem de um professor. Isso demonstra a importância deste profissional em nossa vida e para o desenvolvimento de uma sociedade melhor”, acrescentou a prefeita.

A prefeita Cristina Carrara falando aos professores e gestores da cidade de Sumaré: benefício para 18 mil alunos

“Plantando águas” leva ação integrada a seis cidades

Parceria entre a Prefeitura de Iperó, Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), a ONG Iniciativa Verde, Incra, Itesp e Petrobrás - empresa financiadora do projeto -, fez surgir na cidade de Iperó o projeto “**Plantando Águas**”, que consiste na recuperação vegetal e de recursos hídricos, aliado a um trabalho de saneamento básico rural. Mais de 200 famílias,

de seis municípios, serão beneficiadas: Iperó, Itapetininga, Piedade, Porto Feliz, São Carlos e Salto de Pirapora. Os chamados “**serviços ambientais**” contam com o preparo de SAFs (Sistema Agroflorestal) que consorcia culturas agrícolas com culturas florestais. Pode ajudar, entre outras coisas, a recuperar solo, matas e cursos fluviais.



Mais de 25 mil pessoas no Corpus Christi de São Manuel

Mais de 25 mil pessoas acompanharam a 66^a edição da Festa do Corpus Christi da cidade de São Manuel. “Só no livro de atas da exposição São Manuel Antiga, foram quase 1000 assinaturas num único dia. Pessoas vindas de diversas regiões do estado e do país. Temos registrada a presença de 41 cidades de São Paulo, 8 estados brasileiros e dois países, Peru e Colômbia” afirma Ricardo Rosa Lima, criador da exposição.

“Todos, sem exceção, trabalharam com amor”, afirma o Prefeito Marcos Monti, que desde as 5h da manhã esteve na rua Epitácio Pessoa (local onde foram enfeitados tapetes e passadeiras).

A preocupação com os detalhes e cores utilizadas em cada obra, para que as releituras do artista plástico brasileiro Romero Britto ficassem próximas do real, era visível no rosto de cada são-manuelense que dedicou uma parte do seu tempo para manter viva uma tradição que existe há mais de sessenta anos na cidade. O tradicional Corpus Christi de São Manuel, além de ser um movimento popular, segundo artistas, populares e religiosos, é uma

celebração “onde a arte se encontra com a Fé”. Durante todo o dia as igrejas, Santuário e Matriz, estiveram abertas para adoração.

No sistema de som – instalado no percurso por onde passou a procissão - mensagens bíblicas, músicas eruditas e religiosas, chegavam os ouvidos daqueles que passavam pelo local.

Os lojistas também entraram no clima, e enfeitaram boa parte dos estabelecimentos comerciais da rua central da cidade.



Câmara Municipal de São Manuel, desde 1887 a serviço da população

Casa de Leis foi criada 17 anos depois da fundação da cidade.

Por Neto Nítolo

Com seus 144 anos de fundação, São Manuel tem o privilégio de possuir uma Câmara de vereadores atuante. A primeira eleição ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1887, época em que a cidade tinha apenas 35 eleitores, ao todo são 127 anos de Legislativo.

Naquele tempo a Câmara era formada por sete representantes do povo. Eram eles: Joaquim Floriano de Toledo, João de Aguiar Barros, João Ferreira Prestes, José Mathias de Almeida Barbosa, Manoel José Vaz de Carvalho, Francisco Barbosa da Cunha Mello e Francisco Silvério de Araújo, cada vereador obteve dois votos.

De lá para cá muita coisa mudou, a cidade cresceu e hoje a Câmara Municipal de São Manuel possui 13 cadeiras, entre elas estão às plenárias com o Presidente da Casa, vice-presidente e 1º e 2º Secretários. Ainda existem as comissões, formadas entre os vereadores, que opinam e emitem parecer sobre projetos encaminhados para votação. As sessões são realizadas todas as primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês. À frente do Legislativo está o Presidente da Câmara Dr. Omar Mattielli de Carvalho, biênio 2013/2014. Em seu sexto mandato como vereador, Dr. Omar, que é médico pediatra, exerce a função de mediador e interlocutor durante as votações. Segundo ele, o trabalho de um vereador é fiscalizar e ajudar o Executivo. *“Um vereador é eleito pelo povo para representá-lo e ser o elo entre o anseio popular e o Prefeito”*, explica Dr. Omar. *“Temos uma preocupação constante com o bem estar das pessoas, isso é o que norteia o nosso trabalho”*, completa.

As mulheres ganham, progressivamente, representação no Legislativo da cidade,



Vereador Omar e ao lado, sessão da Câmara Municipal de São Manuel: 127 anos de história a serviço da cidadania.

atualmente com Deonice Leite Marques Paiva, mais conhecida como Nice Paiva, e Letícia Arcari Castaldi Silva. Nice Paiva está licenciada por motivos de saúde. *“Assumi um grande desafio e quero ao lado de outras companheiras desenvolver um trabalho que valorize o potencial feminino no cenário político. O trabalho da vereadora não fica apenas dentro da Câmara, ela possui um “Gabinete móvel”, que circula pelos bairros da cidade com o objetivo de ouvir os anseios da população”*.

Já Odair Aparecido Delgado, o Doca da Sabesp, desenvolve um trabalho, como ele mesmo diz,



"em prol da cidade e da população", o fato de ficar todos os dias em contato direto com o povo, serve de auxílio quando o assunto é reivindicação. "O trabalho que realizo na empresa de saneamento é diretamente na rua, sempre estive em contato com a população, mesmo antes de pensar em entrar para a política", explica Doca. "Hoje as pessoas me encontram diariamente exercendo a minha profissão e isso acaba facilitando para que elas venham conversar comigo e exponham suas reivindicações, eu as levo até as sessões da Câmara em forma de requerimentos e indicações, para encontrar as melhores soluções", completa.

A Câmara de Vereadores de São Manuel tem as portas abertas para a população. O prédio, tombado pelo patrimônio histórico, mantém a mesma arquitetura de quando foi construído, na época para abrigar o Poder Judiciário. Foi o

primeiro Fórum da Comarca de São Manuel.

Mesmo não sendo uma edificação com fachada moderna, mas possuindo sua beleza clássica, a Câmara foi totalmente adaptada à acessibilidade, com rampas e elevador para portadores de necessidades especiais.

O Legislativo não só fiscaliza, mas também trabalha em parceria com o Poder Executivo quando o assunto diz respeito a benfeitorias para a população. Para o Prefeito Marcos Monti, o trabalho em conjunto Prefeitura/Câmara é vital para os são-manuelenses. *"Fomos eleitos para representar a nossa população e administrar a nossa cidade com responsabilidade, e para que isso aconteça é importante que tanto a Prefeitura quanto a Câmara Municipal estejam alinhados e tenham um único objetivo, trabalhar pelo bem do município", finaliza.*



CONGRESSO DA AMA REÚNE MAIS DE 5 MIL GESTORES E AGENTES PÚBLICOS PARA DEBATER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A AMA – Associação dos Municípios da Araraquarense realizou de 4 a 6 de junho, em Catanduva, o VIII Congresso de Municípios do Noroeste Paulista, que teve como tema principal o desenvolvimento regional.

O presidente da APM, Marcos Monti, participou do VIII Congresso de Municípios do Noroeste Paulista, realizado pela Associação dos Municípios da Araraquarense (AMA) no período de 4 a 6 de junho na cidade de Catanduva. O assunto principal do evento foi o desenvolvimento regional, com prefeitos, vereadores e gestores públicos debatendo como

tornar melhor o dia a dia das pessoas. Mais de 5 mil pessoas compareceram.

Na cerimônia de abertura, o presidente da AMA e prefeito de Nova Aliança, Jurandir Barbosa de Moraes, o Jura, enfatizou a importância do Congresso e agradeceu pela integração entre o governo estadual e a região Noroeste Paulista. A cerimônia abertura contou com a presença



Presidente da APM e prefeito de São Manuel, Marcos Monti, participou do evento do evento

de centenas de pessoas. O presidente da APM – Associação Paulista de Municípios, Marcos Monti, ressaltou a importância do esforço conjunto dos municípios. Representando o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, o secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Regional, Julio Semeghini, falou do trabalho dos políticos da região e a dedicação em defesa do municipalismo. Durante seu pronunciamento, o prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi, também ressaltou a importância do Congresso da AMA.

No início da tarde, o auditório do Espaço de Eventos Vila Nobre ficou lotado de professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escola. Eles foram acompanhar a palestra do secretário estadual da Educação, Hermann Jacobus Cornelis Voorwald.

Em pouco mais de uma hora, o secretário fez um balanço das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação. As atividades do primeiro dia do VIII Congresso da AMA foram encerradas com o Painel do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que contou com os palestrantes Flávio Correa de Toledo Junior e Jair José Pereira Júnior, que falaram do controle interno dos municípios.

Segundo dia

O segundo dia do VIII Congresso de Municípios do Noroeste Paulista foi marcado pela presença do psiquiatra e escritor Içami Tiba. Ele destacou a importância fundamental do papel dos pais na formação dos filhos, mas também da responsabilidade da escola.

Içami fez uma crítica ao atual sistema educacional do País, que, segundo ele, não motiva os estudantes a buscar conhecimento. *“Não precisa saber para passar de ano. Aluno não é reprovado. Isso é um verdadeiro absurdo. A educação tem de ser sustentável. Hoje, a escola não é desafio. Os alunos não estão aprendendo nada. Os pais estão dando tudo para os filhos e não ensinam nada. Não há desafios para serem superados. Estamos gerando pessoas folgadas, que têm tudo nas mãos e não evoluem”*, afirmou.

Terceiro dia

O último dia do VIII Congresso de Municípios do Noroeste Paulista foi marcado pela presença do ex-governador José Serra. Ele encerrou o evento, destacando os principais desafios da política nacional.

O ex-governador José Serra, ao iniciar seu discurso, ressaltou que sempre fez um trabalho político-administrativo. Disse que em toda a sua vida sempre juntou a razão com a paixão. Segundo ele, só assim é possível governar e trabalhar de maneira correta. Ele lembrou os 13 anos que passou exilado fora do País e ressaltou que aproveitou esse tempo para se preparar.

Ao falar sobre o Brasil enfatizou que o País vive um momento difícil com a economia parada, investimento baixo, inflação pressionando, concorrência externa brutal e alta carga tributária.

Ao encerrar o VIII Congresso dos Municípios do Noroeste Paulista, o prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi, ressaltou o sucesso do Congresso e a participação de todos. *“Quero agradecer a todos que participaram do evento e a escolha de Catanduva. Estamos orgulhosos de sediar esse Congresso”*, finalizou.

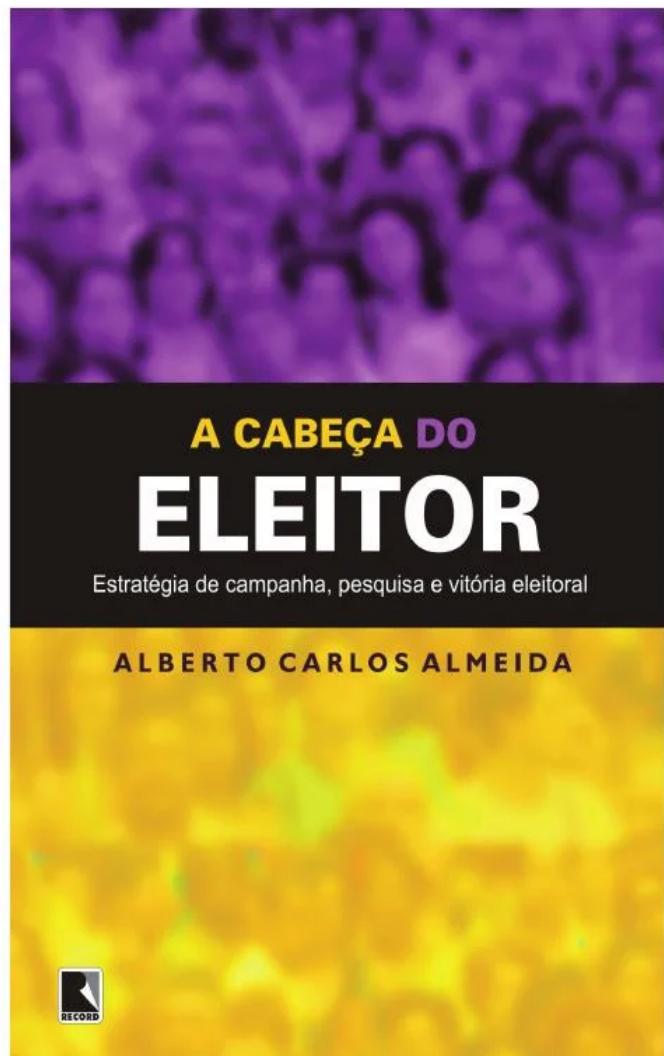
No final do Congresso, o presidente Jurandir de Moraes anunciou que o IX Congresso de Municípios do Noroeste Paulista será realizado em outubro de 2015, em Votuporanga - SP.





Estratégia é o Xis do governo municipal, e da eleição

Por Alberto Carlos de Almeida*



Passada a temporada da eleição presidencial chegou a hora de os prefeitos pensarem em sua sobrevivência política. Sobreviver politicamente é sinônimo de, em 2016, ser reeleito, eleger o sucessor ou permanecer forte em sua base eleitoral. Pode parecer muito cedo para pensar em 2016, mas não é. Aqueles prefeitos que não quiserem correr riscos, aqueles que querem escapar de apertos, devem pensar desde já qual a estratégia que adotarão em seus governos.

O Brasil mudou muito nos últimos anos. A renda da população aumentou, o poder de compra cresceu e as pessoas estão cada vez mais escolarizadas. Junto com isso aumentou pressão sobre nossos representantes, em particular sobre aqueles que estão mais próximos do eleitorado e que têm como atribuição cuidar dos aspectos corriqueiros da vida das pessoas. Hoje a pressão dos eleitores sobre os prefeitos é muito maior do que há dois anos. A cada ano que passa esta pressão aumentará.

Por outro lado, também aumentarem os controles jurídicos e financeiros sobre os administradores públicos. Há sempre opositores nas Câmaras de Vereadores, há um Ministério Público ativista, uma justiça mais atuante e

novas leis como a da ficha limpa. A soma de tudo isto resultou na diminuição da margem de manobra daqueles cuja principal função é atender às demandas da população.

De um lado mais pressão, de outro, mais controles. Moral da história: é preciso fazer mais, com menos.

A melhor forma de fazer mais com menos é utilizar a inteligência. Utilizar a inteligência significa saber lidar com os eleitores de modo a, desde já, atender satisfatoriamente seus anseios.

“É preciso saber dos detalhes, dos mínimos detalhes, no que diz respeito ao eleitor”

Aqueles prefeitos que unirem uma estratégia de governo a uma estratégia de comunicação serão os que conseguirão fazer isto. É necessário ir ao eleitorado para saber o que mais ele deseja que seja feito pelo prefeito. É preciso saber mais: saber como lidar com os eleitores nos mínimos detalhes, o que deve ser feito em público para ter o eleitor ao seu lado. Governar fica mais fácil quando o eleitor está ao lado do prefeito, governar e vencer a eleição.

Os prefeitos precisam ter em mente que seu principal capital é a sua imagem. Aqueles que têm uma boa imagem irão longe em sua carreira política. Aqueles que têm uma imagem ruim serão esquecidos pelo eleitorado. Ninguém quer ser esquecido. É necessário, portanto, cuidar da imagem. Porém, a imagem pessoal e política não está separada da imagem do governo. E a

Alberto Carlos Almeida é Cientista Político, autor do best-seller A Cabeça do Eleitor, colunista do jornal Valor Econômico e membro do Conselho Técnico da APM

imagem do governo não está separada de suas realizações e de como o prefeito as comunica.

Cada dia que passa o conhecimento técnico se torna mais importante. Atualmente, cuidar da imagem também exige técnica. Por exemplo, para um governo de nada adianta realizar muito se a comunicação é falha. Como se diz de maneira corriqueira, não basta pôr o ovo, é preciso cacarejar ao lado dele. Todavia, a pura e simples comunicação já não basta, o puro e simples cacarejo já não serve mais. A própria comunicação tem hoje técnicas muito específicas e há as comprovadamente mais eficientes. É preciso considerar o público que se deseja atingir e adequar a ele os meios, o conteúdo e a forma.

Há muitos políticos que não se saíram bem em eleições pelo simples fato de ter faltado um pouco desta técnica que combina a necessidade de combinar realizações com comunicação. É preciso evitar os caminhos fáceis apontados por aqueles que dizem que imagem é tudo, que afirmam que realizar um bom governo é tudo ou que comunicar-se é tudo.

Nada disso, tudo mesmo é ter uma boa estratégia que seja aplicada e monitorada, e que leve o prefeito a ter uma boa imagem em sua base eleitoral.





Congresso da APM consolida posição de agente do diálogo no Brasil

Há 58 anos surgiu o primeiro Congresso Estadual de Municípios da Associação Paulista de Municípios. A tarefa de representar as demandas municipais era hercúlea e até assustadora. A enorme soma de desafios que os prefeitos enfrentavam foi o principal elemento a servir de cimento para unir os blocos que edificariam uma agenda nacional voltada para o diálogo permanente entre os elos

da federação brasileira. No mês de março último, entre os dia 18 e 22, a APM realizou o seu 58 Congresso Estadual, desta feita na cidade de Campos do Jordão, e ali, no alto da Serra da Mantiqueira, com seu frio noturno e seu jeito hospitalar, a APM viu consolidada a posição que tanto almejou, a de servir de agente do diálogo entre os mais diversos gestores da coisa pública, do vereador da mais pequena cidade paulista ao governador do Estado que responde por 41% da



produção da riqueza brasileira. O tema do evento não poderia fugir ao padrão da proposta que a APM abraça: ***“Municipalismo: os novos horizontes da gestão política e administrativa”***. Assim, durante cinco dias um auditório lotado era a testemunha de como as questões relativas à melhor forma de governar nossas cidades estavam definitivamente colocadas no lugar que merecem. Na mesa condutora dos trabalhos es-

tavam o então presidente, o deputado estadual Celso Giglio, e o então vice-presidente, o prefeito de São Manoel Marcos Monti, que assumiu a presidência em abril quando Celso Giglio cumpriu o prazo de desincompatibilização eleitoral. Em sua mensagem de abertura, e de boas-vindas, o prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni, tocou no ponto-chave das discussões que se seguiram: *“Este encontro é fundamental para que encontremos os melhores caminhos na busca de maior eficácia nas ações públicas, que precisam se materializar na forma de melhores serviços aos municípios”*.

Guidoni foi o primeiro a tocar no assunto que mais anima a união de esforços dos gestores públicos no Brasil hoje, a reformulação do pacto federativo, ou seja, a melhor e mais justa forma de as prefeituras participarem na divisão do bolo dos tributos no Brasil.

As discussões foram além da busca de recursos. Foram analisados fatores essenciais para os municípios como a gestão dos precatórios e as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado. *“Hoje, os municípios são o ente da federação mais fiscalizados, precisam portanto ficar muito atentos a esses quesitos que podem gerar contratempos desnecessários”*, analisou o presidente da APM, Marcos Monti. A experiência daqueles que transitaram pelos mais destacados postos na chefia do Executivo foi outro ponto marcante do Congresso. Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, José Serra, ex-ministro, ex-governador e ex-prefeito, Marina Silva, ex-ministra e ex-senadora, Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, foram nomes que receberam grande atenção dos presentes, ao lado do atual ministro da Saúde Arthur Chioro e do ex-ministro Alexandre Padilha. Acompanhe, a seguir, o relato dos principais temas analisados, dos pronunciamentos e recomendações do 58º Congresso.



Legislação eleitoral avança em meio a controvérsias

Painel presidido por Marcos Monti, presidente da APM, discutiu a legislação eleitoral do País e teve como debatedores os advogados Ricardo Vita Porto, Arthur Rollo e João Fernando Lopes de Carvalho, com trabalhos coordenados pelo ex-prefeito de Itu, Herculano Passos, também membro da diretoria da APM.

Ricardo Vita foi dos primeiros a abordar aquilo que chamou de uma situação complexa, pois de um lado existe uma legislação eleitoral em vigor que será mais rigorosa este ano, sendo um dos lados bons da querela. Mas isso também revela o excesso de Poder Judiciário nas questões eleitorais. *“Há desequilíbrio na relação entre os Poderes Legislativo e Judiciário”*, disse ele. Ele lembra que houve alterações importantes na lei 9504, as quais, surpreendentemente, não receberam grande atenção dos meios de comunicação. E alertou: *“Quem participar das eleições deste ano precisa conhecer as novas regras, sobretudo no que diz respeito à propaganda eleitoral”*, afirmou. As principais mudanças dizem respeito a duplicidade de filiação partidária, ao parcelamento das multas eleitorais, ao período de substituição de candidatos, à utilização de nomes de empresas ou entidades vinculada ao nome pessoal, à prestação de contas e aos limites de aplicação de recursos, seja de pessoas jurídicas ou de pessoas físicas. O lado mais sujeito a controvérsias foi abordado por

Advogado, Arthur Rollo; Ex-prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Júnior; Advogado, João Fernando e o Advogado Especializado em Direito Político e Eleitoral, Ricardo Vita Porto.

Lopes de Carvalho, para quem o Judiciário adota um ativismo social extremo, substituindo na prática o Poder Legislativo.

Um desdobramento indesejado, alertou Carvalho, tem como exemplo a Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada por uma das seções da Ordem dos Advogados do Brasil, com o argumento de que o financiamento das campanhas eleitorais por pessoas jurídicas é inconstitucional.

“E já existem quatro votos favoráveis no STF, numa tendência que parece reforçar o ativismo social do Judiciário”, disse ele.

“Desequilíbrios entre os Três Poderes no Brasil”



Presidente da APM e Prefeito de São Manuel, Marcos Monti



Municípios têm finanças abaladas por precatórios

O Estado de São Paulo tem mais de 200 mil precatórios em situação de mora. O alerta foi dado durante painel temático do 58º Congresso Estadual de Municípios pelo desembargador Pedro Cauby de Araújo, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Expedidos pelo Poder Judiciário, os precatórios que foram liberados até o dia 1º de julho de cada ano devem ser encaminhados para o Poder Executivo para que sejam incluídos no orçamento e, dessa forma, programados para pagamento no exercício seguinte. Mas mesmo sendo uma decisão antecipada, o pagamento de precatórios pode comprometer as finanças dos municípios.

Ao lado de Araújo na mesa de debates estavam a prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito, e o secretário de Finanças da cidade de Santo André, Antônio Carlos Lopes Granado, dois municípios que tem sentido fortemente os efeitos de precisar fazer previsão orçamentária para pagar precatórios e que, assim mesmo, acabam em situação de mora e, mais do que isso, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal para fazer valer seus direitos. A prefeita Maria Antonieta apresentou dados alarmantes. Guarujá é o oitavo colocado no ranking brasileiro dos municípios endividados com precatórios. *“Nosso orçamento é de R\$ 1 bilhão e se tivéssemos como pagar os precatórios dentro do prazo, mais de 50% desse montante estaria comprometido”.*

Ela afirmou ainda que *“todos os municípios do País”* estão enfrentando problemas dessa magnitude, com abalos sérios na qualidade dos serviços oferecidos à população. Por sua vez, Granado disse ser particularmente preocupante as



Prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito.

disputas que acabam gerando conflitos entre o munícipe e as prefeituras. *“Cada cidade tem suas características, o que torna a questão dos precatórios ainda mais complexa”.*

A questão permanece em estado de alerta pois o Supremo Tribunal Federal iniciou julgamento sobre a matéria. No dia 19 de maio, o STF já havia computado três votos a favor do pagamento dos precatórios num prazo de 5 anos, precisamente a base das decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo. Mas ante um pedido de vistas, o julgamento foi interrompido ficando sem data prevista para a decisão final da matéria.

O julgamento do STF está ocorrendo porque aquela instância maior do Judiciário havia derrubado, em março de 2013, partes de uma emenda constitucional de 2009 que permitia o parcelamento dos precatórios devidos em até 15 anos. A emenda também priorizava o pagamento para credores que aceitassem receber menos do que lhes era devido.



Gestores experientes, como o ex-prefeito Kassab, acima, deixaram sua mensagem. No conjunto das manifestações, a união por mais justiça tributária no Brasil.

Há recursos para bons projetos

O ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab disse estar chegando a hora do basta. Ele se referia à contínua situação em que os municípios recebem novos encargos da parte do estado ou da União mas não recebe os recursos para honrar seus compromissos, recursos que saem precisamente dos municípios. *"Todos nós sabemos que está chegando a hora do basta, que não é possível mais assumirmos responsabilidades junto aos nossos municíipes porque essas responsabilidades não poderão ser honradas. Não dá mais, os recursos precisam aparecer, do estado e do governo federal"*, disse ele. Quanto aos "novos rumos" na administração pública, o ex-prefeito de São Paulo deixou uma recomen-

dação: prefeitos e gestores públicos precisam aprender a definir prioridades. *"Quem tem três mil prioridades não tem prioridade nenhuma. Um prefeito precisa ter duas, três, quatro prioridades, senão não conseguirá fazer nada"*, disse ele.

"Havendo boa gestão dá para resolver muitos problemas nos municípios"

Antes de a questão dos gastos municipais melhorar a situação vai piorar, prevê Kassab, ele lançou o alerta: *"daqui a pouco os municípios vão começar a perceber que os custos vão aumentar com os novos encargos criados por programas de municipalização. Na área de Educação o problema ainda não é falta de verbas, na grande maioria dos municípios é de falta de gestão. Havendo boa gestão, dá para resolver bem os*

problemas dessa área, mas o custo vai começar a subir, então os recursos existentes serão insuficientes também nessa área tão importante", afirmou ele. Uma forma de enfrentar isso, no caso específico de São Paulo, declarou Kassab, é fazer valer a força e o peso do estado junto à União.

"Precisamos liderar o processo de rediscussão em prol de uma verdadeira justiça tributária".

O ex-governador José Serra lançou mão de sua experiência como chefe do Executivo municipal e estadual para fazer um retrospecto de iniciativas que funcionaram bem sem precisar de muitos recursos. Ele citou a Virada Cultural criada na Capital paulista e a proibição de fumar em ambientes fechados, esta de caráter estadual.

"Uma decisão simples mas que tem enormes impactos em termos de saúde", frisou ele.

Serra também analisou a questão dos recur-

sos ante os desafios das prefeituras. Ele lembrou que, em 1988, na condição de deputado constituinte, foi dele a iniciativa de elevar a cota-partes dos municípios de 20% para 25%. *"Abriu-se nova etapa com participação de outros tributos para fortalecer as finanças municipais"*, declarou ele.

Serra fez um breve retrospecto do período em que foi secretário de Planejamento do ex-governador Franco Montoro, quando, segundo ele, se iniciou uma transformação das relações entre cidades e governo estadual, com ações que visavam a descentralização da prestação de serviços públicos. Mais adiante, Serra citou ações que ajudaram as finanças municipais com o combate à sonegação. Serra recomendou a prefeitos e demais gestores públicos que mantenham um bom relacionamento com os deputados, de modo a canalizar recursos através de emendas, as quais, disse ele, devem obedecer a critérios determinados por prioridades.

O ex-governador disse ser favorável à mais completa descentralização dos serviços públicos e, para reforçar sua posição, citou números: *"Tudo o que pode ser feito pelo município deve ser apoiado. Nós conseguimos fazer em quatro anos de governo cerca de 6 800 convênios, isso se traduziu, em valores atuais, em mais de R\$ 1,5 bilhão em recursos do orçamento, aplicados através de convênios de gestão municipal"*.

Por fim, José Serra chamou a atenção para outra frente que pode ser explorada na busca de recursos: *"É preciso se preparar para as parcerias. Há dinheiro para quem sabe fazer propostas. Isso tem que ser uma ciência na administração pública"*.



O prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni; o ex-governador do Estado de São Paulo, José Serra e o Deputado Estadual, Celso Giglio.





Causa municipalista e crise ambiental

A ex-senadora Marina Silva fez pronunciamento durante o 58º Congresso Estadual de Municípios e nele deixou mais do que um alerta: *"Estamos deixando o mundo cada vez mais pobre para as próximas gerações. Temos o desafio de mudar o modelo insustentável, pois chegamos ao limite da natureza. E não sabemos o que fazer com esse limite. É uma responsabilidade reverter essa situação".*

Foi assim, analisando a atividade humana em grandes linhas que ela se referiu à realidade dos municípios brasileiros. *"Pensar no estado e no governo federal é uma abstração, pois as coisas se traduzem na prática no cotidiano das pessoas nos municípios"*, disse ela.

A ex-senadora traçou um amplo panorama, remontando à década de 70 quando ocorreu a primeira ação da ONU em âmbito mundial voltada para debater aquilo que, naquele momen-

to, eram sinais das mudanças no meio ambiente causadas pela ação humana. Ela fez declarações baseadas em documentos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e correlacionou tais mudanças aos feitos humanos sobre a natureza ao longo do tempo.

Em nenhum momento, contudo, a ex-senadora entrou no mérito das discussões que se espalham pelo mundo hoje, dando conta de previsões feitas pelo IPCC que não se confirmaram, havendo mesmo estudiosos brasileiros que afirmaram categoricamente que mudanças globais não tem absolutamente nada a ver com emissão de gases de efeito estufa.

Com auditório cheio, a ex-senadora, Marina Silva discursa no quarto dia do 58º Congresso Estadual de Municípios





Ex-ministro da saúde, Alexandre Padilha e o atual ministro, Arthur Chioro.



O ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o atual comandante da Pasta, Arthur Chioro, foram duas vozes que se pronunciaram em favor das ações do governo federal durante o 58º Congresso Estadual de Municípios.

Padilha falou de sua experiência à frente do Ministério das Relações Institucionais, ainda na gestão Lula à frente do Executivo Federal. Falou também das decisões que levou a efeito à frente do Ministério, como a implantação do Programa Mais Médicos. Segundo ele, em todas as situações, o tratamento dado a prefeitos e vereadores não teve cores partidárias. *“Por ordem do presidente Lula, podíamos fazer todas as perguntas aos prefeitos que nos procuravam em Brasília, só não podíamos perguntar qual é o seu partido”*. Isso mostra, disse Padilha, que a União está preocupada em atender cada vez melhor os gestores públicos que convivem diariamente com os problemas da população.

Na opinião do ex-ministro da Saúde, o mais importante é que haja um canal de diálogo entre os representantes dos entes federativos que esteja permanentemente aberto.

Por sua vez, o atual ministro da Pasta, Arthur Chioro, disse concordar com o diagnóstico dos municipalistas (de que os municípios estão sobrecarregados), mas acha que a solução pode vir por outro caminho: *“Considero este um dos problemas centrais que pede o envolvimento forte das três esferas de governo. Sei que vários municípios investem 20% na saúde e outros até 30%, percentuais superiores ao teto fixado em lei que é de 15%, e por isso precisamos buscar fontes alternativas de receitas”*, disse Chioro.

Outro tema abordado pelo ministro da Saúde foi a questão da qualidade do atendimento. Ele fez um pronunciamento em que destacou os pontos que considera essenciais para que tal serviço tenha maior qualidade, tanto em abrangência territorial quanto em profundidade de

acordo com as características regionais.

Como exemplo de ação de governo, Chioro também citou o programa Mais Médicos. Segundo ele, foi uma solução inovadora que promoveu a vinda para o Brasil de médicos do Exterior, levando-os para pontos do País que estavam praticamente sem cobertura. No mais, o ministro notou haver um vazio a ser preenchido e defendeu mudanças na formação dos médicos. "Existem muito mais postos de trabalhos do que médicos formados para preenchê-los", declarou Chioro. Uma parte da solução, afirmou o ministro, virá com a formação de médicos voltados para o atendimento social.

O senador Aécio Neves compareceu ao 58º

Congresso e fez breve pronunciamento no último dia dos trabalhos, os quais foram solenemente encerrados pelo governador Geraldo Alckmin. Aécio disse considerar essencial que se defina com clareza qual é o rumo que o Brasil precisa buscar para fazer frente ao que chama de desigualdade na distribuição dos recursos públicos.

"Nunca vivemos tamanha concentração de recursos nas mãos do governo federal", afirmou ele. Uma das consequências, frisou

ele, é que "96% dos municípios tem dificuldades para celebrar convênios com o governo federal".

Aécio apresentou mais dados: de 2002 até este



"Chega a 96% o índice de municípios com dificuldade para celebrar convênios com a União"



Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Deputado Samuel Moreira; Deputado Celso Giglio, Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e a primeira dama do Estado de São Paulo, Lú Alckmin

ano, a união elevou 5% os seus recebimentos em relação ao PIB. Nesse mesmo período, os estados obtiveram 0,8% e os municípios 0,5%, respectivamente e sempre em relação ao PIB.

“Em fevereiro de 2011, o primeiro projeto a dar entrada no Senado foi de minha autoria, permitindo que o governo federal continuasse a fazer as desonerações, mas sem tirar recursos dos municípios, punidos com esta concentração tributária tão perversa”, disse Aécio Neves.

Encerrando o 58º Congresso, o governador Geraldo Alckmin fez um balanço de várias atividades que o estado adotou para “estabelecer uma forma mais justa de ajudar as prefeituras”. Foram firmados 1.598 convênios abrangendo 557 dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

Alckmin conclamou prefeitos e vereadores a empreenderem uma luta para que outra PEC (Proposta de Emenda Constitucional) seja editada e aprovada no sentido de regulamentar a questão dos precatórios, os quais são dívidas



Ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves

municipais que impactam fortemente a gestão dos orçamentos das prefeituras.

Em resumo, o governador Alckmin vê como caminho essencial para que os municípios ganhem mais fôlego na gestão dos cofres públicos “um choque de descentralização” do País. “*Não há governo mais importante do que aquele que está ao lado do cidadão*”, afirmou o governador.



Galeria de fotos

58º Congresso Estadual de Municípios



1-Ex-Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin e o Prefeito de Campos de Jordão, Fred Guidoni. 2-Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; ex-vice-prefeita de São Paulo, Alda Marco Antônio; Prefeito de Mogi das Cruzes, Marco Bertaiolli e o Prefeito de Campos de Jordão, Fred Guidoni. 3-Diretor do CONAM, Walter Penninck Caetano; Congressista, Gisele Gomes; Advogada do Instituto Brasil Cidades, Sandra Almeida; Jornalista, José Carlos; Diretor do Instituto Brasil Cidades, Antônio Sério Baptista e o Presidente da APM e Prefeito de São Manuel, Marcos Monti. 4-Presidente da ALESP, Deputado Samuel Moreira. 5-Jornalista, Arnaldo Jabor e o Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio. 6-Ex-Governador do Estado de São Paulo, José Serra. 7-Presidente da Câmara de Espírito Santo do Pinhal, Sergio Del Bianchi Junior comos vereadores de Espírito Santo do Pinhal, José Gilberto Viola e João Bertoldo Sobrinho. 8-Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti; Ministro da Saúde, Arthur Chioro e o Deputado Federal, Milton Monti. 9-Ex-prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Júnior e o Presidente da UVESP e membro da diretoria da APM, Sebastião Misiara. 10-Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni; Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; Primeira Dama de Serra Negra, Zaira Franchi; Prefeito de Serra Negra, Italo Franchi e o Ex-presidente da APM, Deputado Celso Giglio.

11**12****13****14****15****16****17****18****19****20****21**

11-Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; Prefeita do Guarujá, Maria Antonieta de Brito; Deputada Estadual, Célia Leão; Prefeita de Adolfo, Rosângela Biliato de Oliveira; Presidente da Câmara de Cândido Mota, Ines Pimentel. **12**-Ex-Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab e o ex-presidente da APM, Deputado Celso Giglio. **13**-Presidente da UVESP e membro da diretoria da APM, Sebastião Misirai; Prefeito de Catanduva, Geraldo Vinholi; Prefeita de Monte Alto, Silvia Meira; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; Conselheiro do TCE, Sergio Siquera Rossi e Presidente da Câmara de Tabatinga, Rafael Buschiero. **14**-Primeira Dama do Estado de São Paulo, Lú Alckmin. **15**- Ex-Vereador de Poá, Agenor Pereira e a Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito. **16** - Ex-Secretário Estadual do Meio Ambiente, Bruno Covas. **17**- Secretário de Planejamento do Estado de São Paulo, Julio Semeghini; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio e o ex-secretário de Habitação do Estado de São Paulo, Silvio Torres. **18**-Vereador de Brotas e membro da diretoria da APM, Capitão Modesto Salvatto Filho; Ex-prefeito de Pardinho, Francisco Rocha e o Ex-prefeito de Atibaia e membro da diretoria da APM, Flávio Callegari. **19**-Ex-prefeito de Atibaia, Flávio Callegari e o Secretário Estadual de Educação, César Callegari. **20**-Ex-Presidente do SESI / SENAI, Paulo Skaf. **21**-Diretor da Opinião Pesquisa, Milton Cesar; Mario Luiz Vieira, Superintendente da CODIVAP e o ex-prefeito de Aparecida, José Luiz Rodrigues(Zé Louquinho).

22**23****24****25****26** MUNICIPALISMO:
os novos horizontes
DA GESTÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA**27****28****29****30****31****32**

22-Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni; Secretário Municipal de Educação, Herman Voorwald e o Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio. **23**-Ex-Senadora, Marina Silva e o Deputado Federal, Water Feldman. **24**-Secretário Estadual de Segurança Pública, Fernando Grelha Vieira. **25**-Secretário de Meio Ambiente de São Paulo, Rubens Naman Rizek Junior, Vereadora de Ibirá, Sonia Beolchi e o Promotor de Justiça do Estado de São Paulo, Luis Rocha. **26**-Advogada em Direito Administrativo e Consultora Jurídica do CONAM, Isabela Giglio. **27**-Representante da Secretaria do Meio Ambiente, Deise Simão; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; Ex-primeira dama de Osasco, Virginio Bortolosso; ex-prefeito de Osasco, Silas Bortolosso; primeira dama de Campos do Jordão, Juliana Cintra e a Presidenta do CEAME, Dalva Christofolleti. **28**-Deputado Estadual, Itamar Borges. **29**-Diretor-Secretário geral do TCESP, Sérgio Ciquera Rossi **30**- Prefeito de Itu, Antonio Tuíze; Deputada Estadual, Rita Passos; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio e o Ex-prefeito de Itu, Herculano Castilho Passos Júnior. **31**- Presidenta da AVESP e membro da diretoria da APM, Marilene Martiottini e o ex-governador de São Paulo, Laudo Natel. **32**- Presidente da AMA e Prefeito de Nova Aliança, Jurandir Barbosa de Moraes e o Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio.



33-Prefeito de Andradina, Jamil Akio Ono; Ministro da Saúde, Arthur Chioro; Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio e o Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni. **34**-Autoridades compõem a mesa durante plenária. **35**-Ex-prefeito de Pardinho e membro da diretoria da APM, Francisco Rocha; Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni e o Prefeito de São Manuel e Presidente da APM, Marcos Monti **36**-Prefeito de Beritioga, José Mauro Dedemo Orlandini; ex-prefeito de Osasco, Silas Bortolosso e o Assessor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Benê Mascarenhas. **37**-Vereador de Potirendaba, Edicarla Coiado; ex-ministro da Saúde, Alexandre Padilha e o Ex-prefeito de Mendonça, João Buzzo. **38**-Prefeito de Campos do Jordão, Fred Guidoni, Primeira dama de Campos do Jordão, Juliana Cintra e o Deputado Estadual, Orlando Morando. **39**-Presidente da ALESP, Deputado Samuel Moreira; ex-prefeito de Itapuí e membro da diretoria da APM, Antônio César Simão e o ex-presidente da APM, Deputado Celso Giglio. **40**-Ex-vereador de Eldorado, José Araújo da Silva Soares(Gaúcho); Ex-Presidente da APM, Deputado Celso Giglio; vereador de Santana de Parnaíba, Agnaldo Moreno e ex-Vereador de Piquete, Hugo Ricardo Soares. **41**-Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin. **42**-Autoridades compõem a mesa durante plenária no auditório especial.



**QUEM FAZ O MAIOR CONGRESSO DE
MUNICÍPIOS, PODE FAZER O MELHOR
EVENTO DE SUA CIDADE.**

ANIVERSÁRIO DE CIDADE - FESTAS TEMÁTICAS - SHOWS - CONGRESSOS - FEIRAS

fones: (13) 3877.0034 3877.0035 - cape@capeeventos.com.br



Agenor Pereira

IN-MEMORIAN

Por Carlos Cruz



No último dia 2 de agosto, faleceu em Poá o Ex-Vereador e companheiro municipalista AGENOR PEREIRA, deixando um legado de companheirismo, e participação ativa e constante no movimento municipalista do Estado de São Paulo, ao longo de mais de trinta anos.

Eleito vereador em Poá no ano de 1976 e reeleito em 1982, Agenor foi, por doze anos consecutivos, representante do povo de seu município no Parlamento municipal. No primeiro ano de seu mandato, participou do Congresso Paulista de Municípios, e dai em diante nunca mais deixou de comparecer, exibindo seu orgulho, simpatia e carisma, ao longo de outros

trinta e cinco Congressos, sendo que o deste ano foi o último de sua vida.

Quem não se lembra de seu bom humor e alegrias nas Plenárias e nos questionamentos aos nossos Palestrantes, e de sua maneira peculiar de participar de todas as nossas atividades, desde as discussões de teses, Pinga Fogo e Palestras?

Homem simples e humilde, havia, ao longo de sua vida, adquirido conhecimentos e armazenado informações sobre os mais variados assuntos, o que fazia dele um homem de prosa interessante e agradável.

A Associação Paulista de Municípios manifesta seu profundo pesar pelo seu falecimento, certa de que sua ausência será sentida e notada em nossos próximos Congressos, onde ele se notabilizou e soube conquistar a amizade, respeito e consideração de todos.



Mobilização do municipalismo paulista para a aprovação da pec 406/2009

No último dia 08 de agosto de 2014, ocorreu em São José do Rio Preto uma reunião com a presença da Associação Paulista de Municípios - APM, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo - UVESP e as Associações Regionais de Municípios AMA, AMENSP, AMNAP, CIVAP, FRIM e UNIPONTAL.

Essa reunião teve como pauta principal a discussão e mobilização para a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional 406/2009 que aumenta o índice do FPM (Fundo de Participação Municipal) de 23,5% para 24,5%.

Decidiu-se que, os Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores irão se mobilizar no sentido de pressionar seus representantes do Congresso Nacional, para que aprovem a PEC. Aprovou-se também o texto abaixo para que todas as entidades o publiquem nos órgãos de imprensa de suas regiões para que a população tome conhecimento e também se engaje nessa luta que é de todos. Reproduzimos pois, abaixo, a Carta Aberta à população do Estado de São Paulo sobre o título SOS MUNICÍPIOS.

S.O.S MUNICÍPIOS CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

A APM – Associação Paulista de Municípios, juntamente com a UVESP – União dos Vereadores do Estado de São Paulo e as Associações Regionais de Municípios, vêm a público alertar para a situação de extrema penúria dos municípios brasileiros, que na divisão de todo o bolo tributário arrecadado no país, ficam apenas com 17%, ficando os restantes 83% com o Governo Federal (58%) e Estadual (25%).

O cidadão Brasileiro e Paulista, mora cada qual em seu MUNICÍPIO, e é ao Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores que ele cobra serviços adequados de SAÚDE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, HABITAÇÃO, TRANSPORTE, LAZER, CULTURA, ESPORTE e demais outras de responsabilidade do PODER PÚBLICO.

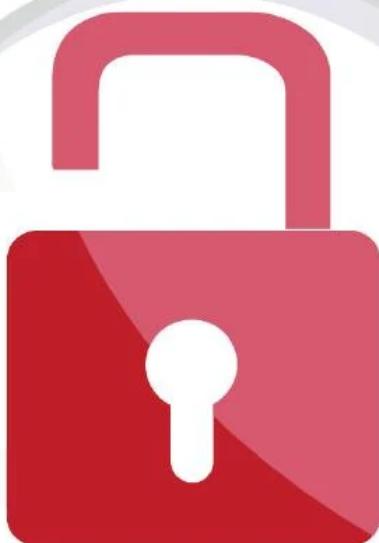
O que temos visto, é que ano após ano, os municípios são obrigados a assumir cada vez mais obrigações de responsabilidade da União e do Estado, sem que essas obrigações venham acompanhadas dos recursos necessários para suas execuções, arcando com o ônus, sem os respectivos bônus.

A maioria dos Municípios Brasileiros depende basicamente do FPM – Fundo de Participação

dos Municípios, que representa o repasse dos Impostos Federais e Estaduais.

Toda vez que o Governo reduz alíquotas de IPI ou ICMS, buscando o aquecimento do mercado e da economia, a consequência é a redução da arrecadação, e por consequência a diminuição da cota dos municípios (FPM), e essa perda não é compensada, ficando com o prejuízo, caracterizando clara cortesia com chapéu alheio. Enquanto esperamos por uma REFORMA TRIBUTÁRIA que, definitivamente, ponha fim a essas graves distorções, COMUNICAMOS à toda população, que estamos empenhados na APROVAÇÃO da Proposta de Emenda Constitucional 406/2009, que eleva o índice de FPM (IR e IPI) de 23,5% para 24,5%, importante para minimizar o estado de penúria dos Municípios, recuperando, em parte, a capacidade de investimentos e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Pedimos o apoio no sentido de se engajarem nessa luta, que é de todos, por um país mais justo e igualitário. Procure seu Deputado Federal e Senador, e peça a ele apoio e aprovação da PEC 406/2009.



SISTEMA AUDESP:

TECNOLOGIA A SERVIÇO DA FISCALIZAÇÃO DOS RECUSOS PÚBLICOS

Por Marcos Portella Miguel e Henrique Romanini Subi *

A Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos – AUDESP – do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo é um marco na fiscalização eletrônica da gestão em nosso Estado.

Iniciado em 2003 com o levantamento geral das informações necessárias para sua efetiva implementação, é um sistema de informações voltado ao planejamento, acompanhamento e fiscalização de órgãos municipais jurisdicionados com foco na forma da gestão pública.

AAUDESP, por meio da coleta eletrônica de dados e informações dos órgãos fiscalizados, proporcionou um aumento na qualidade da ação fiscalizatória do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tornando-a mais eficiente e eficaz no controle da gestão pública municipal.

O Sistema disponibiliza para as equipes técnicas de fiscalização e também para os Órgãos jurisdicionados um banco de dados contendo informações relacionadas à Execução Financeira, Orçamentária e Patrimonial, enviadas por meio de Balancete Contábil, e ao Planejamen-

to Municipal. Atualmente, a AUDESP recebe informações de cerca de 1.700 órgãos ligados à Administração Pública Direta e Indireta dos 644 Municípios paulistas. Estas informações são atualizadas, na sua maioria, mensalmente. Com base nesta massa de dados, somente em 2013 a AUDESP gerou 35.371 **alertas automáticos**, propiciando à fiscalização focos mais efetivos de atuação em prol do bom uso do dinheiro público e respeito à legislação vigente.

O **alerta automático** é um relatório gerado pelo Sistema AUDESP baseado nas análises concomitantes, com a finalidade de informar aos órgãos jurisdicionados as situações desfavoráveis e/ou irregulares relacionadas à gestão fiscal, Instruções do Tribunal, Índices de Aplicações no Ensino e na Saúde, por meio de uma inteligência própria do sistema, baseada em parâmetros definidos nos correspondentes dispositivos normativos. Um exemplo bastante comum é a aproximação do limite com gastos de pessoal ou a baixa expectativa de que serão cumpridas as



aplicações constitucionais mínimas em educação e saúde. A ferramenta possibilita, então, que o órgão jurisdicionado tenha ciência dessa situação desfavorável em tempo real, fornecendo-lhe condições de reparar os rumos das finanças públicas antes da ocorrência de resultados negativos.

Para gerenciar o Sistema AUDESP, foi criada em dezembro de 2012 a Divisão de Auditoria Eletrônica, que além de coletar, por meio de tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionados, deve também apresentar indicadores e apoiar a definição de diretrizes de fiscalização.

Para cumprir esses objetivos, a Divisão AUDESP, diretamente vinculada à Secretaria Diretoria-Geral do TCESP, está assim estruturada:



À Seção Operacional compete gerenciar o Sistema AUDESP, processar os pacotes de dados, elaborar planilhas das informações consolidadas de interesse do Tribunal de Contas e dar suporte aos órgãos jurisdicionados em caso de dúvidas ou problemas com o sistema.

À Seção de Planejamento, por sua vez, cabe auxiliar a fiscalização por meio de relatórios de informações relevantes extraídas do Sistema AUDESP, fornecendo-lhes indicadores de atuação do órgão jurisdicionado e recomendando atenção a pontos sensíveis na execução orçamentária e financeira de cada ente.

É fundamental destacar, ainda, que a Divisão AUDESP está inserida em vários projetos de modernização **da atuação de controle externo** do Tribunal de Contas, colaborando diretamente com a Corte no desenvolvimento de padrões de fiscalização que constituam uma verdadeira auditoria de resultados.

Uma das grandes inovações trazidas pela Divisão AUDESP é o estabelecimento de programas e doutrinas às ações técnicas de controle externo para o Pessoal da Fiscalização, gerando esforços positivos para uma atuação padronizada, buscando-se máxima eficiência com menores recursos, de forma a atender aos anseios do controle social.

Novos instrumentos de avaliação e controle vêm sendo desenvolvidos para elevar as apreciações do Tribunal de Contas para além da formalidade, possibilitando a verificação, em tempo real, não só da legalidade dos gastos, mas principalmente de sua eficiência – “a procura de produtividade e economicidade e, o que é mais importante, a exigência de reduzir os desperdícios de dinheiro público, o que impõe a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional” (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 20^a ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 27)

Para tanto, o Sistema AUDESP, sustentáculo de toda essa inovação tecnológica

Sistema AUDESP: evolução histórica



para o controle externo, continua em pleno desenvolvimento. Sua expansão é estrategicamente dividida em fases, as quais procuram ampliar sua área de abrangência e, paulatinamente, extinguir outros sistemas de comunicação entre o TCESP e os órgãos jurisdicionados, simplificando e desburocratizando as relações institucionais. Sua evolução pode ser representada no diagrama acima.

Como se vê, a AUDESP representa o comprometimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com a adoção dos melhores esforços possíveis para o exercício de sua função constitucional de auxílio ao Poder Legislativo para o controle externo da Administração Pública, mantendo seu alinhamento com o que há de mais avançado em termos de tecnologia de informação disponíveis.

1 A área estadual não está contemplada na AUDESP porque conta com sistemas de acompanhamento de gestão próprios – SIAFEM e SIGEO.

2 O Estado de São Paulo possui 645 Municípios, porém a capital não é jurisdicionada ao TCESP por contar com Tribunal de Contas próprio.

Marcos Portella Miguel - Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Diretor Técnico da Divisão AUDESP

Henrique Romanini Subi - Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie



Fundo Social de Solidariedade de Bertioga cria cursos de capacitação profissional

Objetivo é a geração de renda para melhoria da qualidade de vida das famílias

Por Ana Claudia *

Com o objetivo de desenvolver projetos sociais que melhorem a qualidade de vida da comunidade mais carente, o Fundo Social de Solidariedade de Bertioga, em parceria com o Governo do Estado, cria programas e ações para o resgate da dignidade humana, com capacitação profissional de geração de renda. O exercício da solidariedade educativa é uma das metas do FSS de Bertioga. Desde 2009, cerca de 500 pessoas já passaram pelos cursos oferecidos

pela entidade, como corte e costura, pintura em tecido, crochê, artesanato e patchwork, que são totalmente gratuitos.

De acordo com a presidente do Fundo Social, a primeira dama Maria Cecília Orlandini, os cursos visam preparar as pessoas para o mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente e, principalmente promover a geração de renda.

“Além de estarem preparadas para trabalhar, sabendo um ofício, elas vão poder ajudar a aumentar a renda familiar”.





Um dos cursos que fazem mais sucesso é o de corte e costura. No ano passado, 77 mulheres receberam o certificado e estão aptas a exercer uma atividade que pode gerar renda para as famílias. A iniciativa deu certo e o curso, que acontece na região central da Cidade, foi estendido para o bairro de Boracéia, distante cerca de 30 quilômetros do Centro.

Outro curso que também atrai grande quantidade de interessados é o de Padaria Artesanal. Este ano, 20 alunas estão participando do curso, que tem duração de seis meses. Durante as aulas, as alunas aprendem a preparar diversos tipos de pães, desde os mais simples, como o tipo francês, aos mais elaborados, como os recheados.

Todos os pães produzidos pelas alunas durante as aulas são doados para as participantes que levam para casa ou podem até mesmo comercializá-los. As receitas ensinadas podem ser feitas em casa, sem a necessidade de nenhum ingrediente ou maquinário especial, que dificulte a produção, uma vez que o objetivo é atender



a qualquer pessoa que tenha interesse e queira produzir em casa. "As alunas recebem uma apostila com orientações e receitas. É muito gratificante ver que elas estão aprendendo um ofício que vai garantir a elas no futuro geração de renda", comentou Cecília.

Programas

O Fundo Social conta com uma equipe que desenvolve ações como doação de roupas, enxovals para bebês e cestas básicas para famílias

carentes cadastradas. Para a realização das ações são criadas parcerias com a iniciativa privada, por meio de empresas que têm consciência da responsabilidade social de todos.

A cada mês o Fundo Social distribui uma média de 30 kits de enxoval para bebê. São kits com mais de 30 itens que incluem banheira e fraldas, além de roupas novas, que se transformam em um importante gesto de carinho para as mães em um momento especial da vida delas: a chegada de um filho.

O Fundo Social também participa de campanhas, como a do agasalho, em parceria com o Governo do Estado. No ano passado, foram arrecadadas mais de 18 mil peças de roupas em bom estado, que são triadas e encaminhadas para famílias carentes. A credibilidade da entidade garante uma parceria de sucesso com o comércio, que disponibiliza mais de 30 pontos de arrecadação, espalhados por vários bairros da Cidade.

Famílias socialmente vulneráveis também recebem doação de cestas básicas. São cerca de 150 cestas distribuídas mensalmente, tanto para as famílias cadastradas como também aquelas encaminhadas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e também pelo Conselho Tutelar.

O Encontro da Melhor Idade, evento realizado, anualmente, em comemoração ao Dia do Idoso é mais um exemplo. São atividades voltadas aos idosos que acontecem durante todo o dia e que envolvem desde caminhada na praia até aulas de alongamento, atividades esportivas, massagem, sessões de acupuntura e apresentações musicais.

Outro exemplo de envolvimento com a comunidade é a participação do FSS em festas tradicionais como os festejos juninos, natalinos, Páscoa e a tradicional festa em comemoração ao Dia das Crianças. Realizada com a colaboração de empresários e comerciantes locais, a festa conta com ampla programação, que inclui brincadeiras, shows com palhaços e distribuição de doces, pipocas e kits de brinquedos, atendendo,

em média, duas mil crianças.

Para a presidente do FSS, a participação em ações junto à comunidade também faz parte da missão da entidade. *“Buscamos a solidariedade de forma integral, não somente com a doação de roupas e objetos, mas também por meio do carinho, do respeito e da convivência harmoniosa”.*



Enxoval de bebês



SERVIÇOS

Mais informações sobre cursos e oficinas devem ser obtidas na sede do Fundo Social de Solidariedade

Rua Walter Pereira Prado, 77 – Centro.
Telefones: (13) 3317-2169 ou 3317-1397.

Ana Cláudia
Diretoria de Comunicação da Prefeitura de Bertioga



Aspectos da Gestão dos Municípios de São Paulo

Por Jefferson Mariano e Stefanie Tambor Vicente *

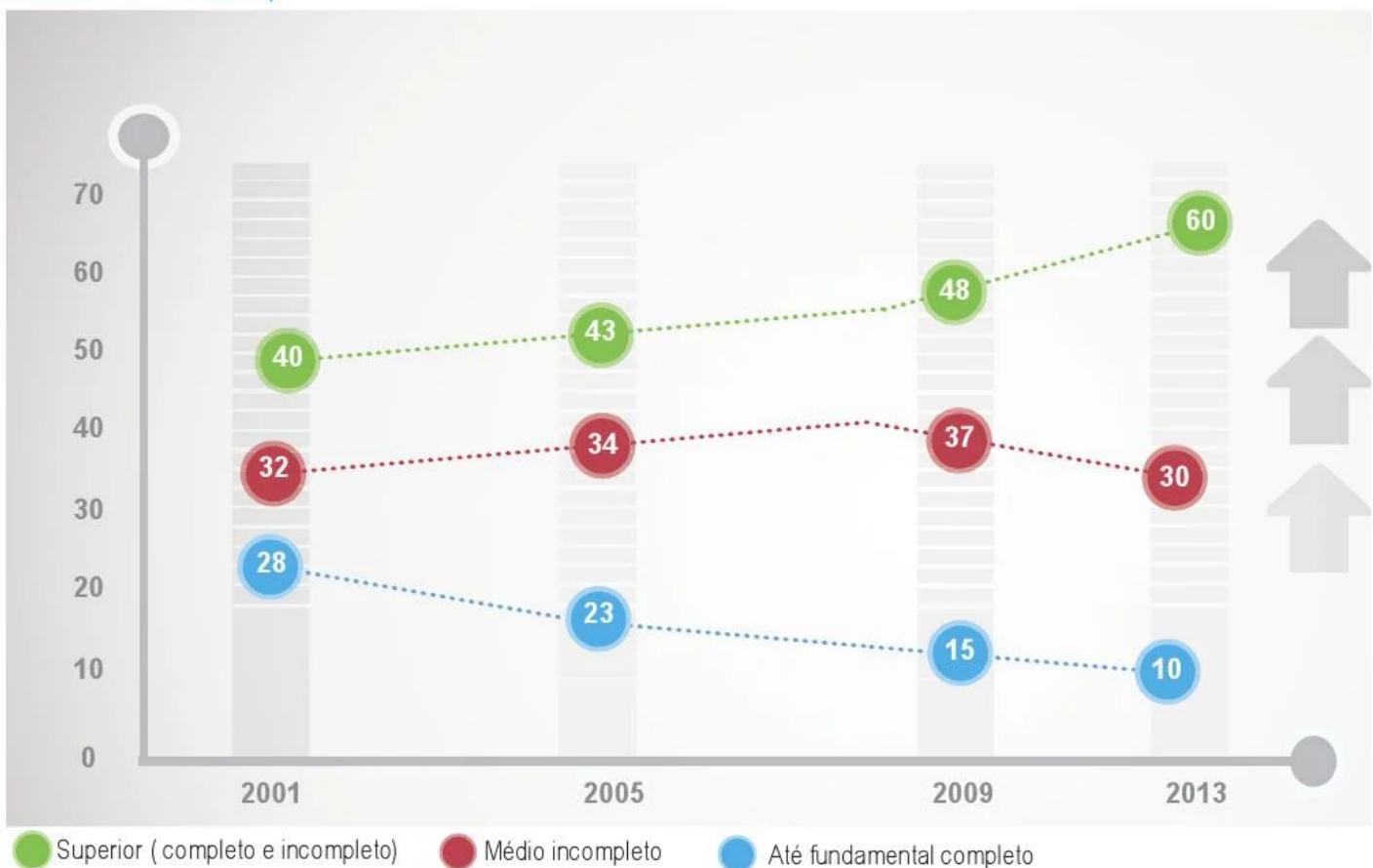
No mês de abril ocorreu a divulgação da mais nova edição da Pesquisa Informações Básicas dos Municípios (MUNIC) do IBGE. Trata-se de um amplo diagnóstico relativo à gestão e estrutura dos municípios brasileiros.

A MUNIC 2014 alcançou a totalidade das prefeituras do País e pela primeira vez foi abordou o tema relativo à existência de política de gestão de risco e resposta a desastres.

De modo geral, o resultado da pesquisa permite constatar um avanço no que se refere aos principais indicadores de gestão desses municípios. Houve inclusive evolução positiva em relação à formação dos prefeitos. O percentual de prefeitos com nível superior (completo e incompleto) que correspondia apenas a 40% em 2001 alcançou 60% no ano de 2013.

Gráfico 1

Percentual de municípios do Brasil segundo escolaridade dos prefeitos – 2001/2013



No Estado de São Paulo o percentual de prefeitos com nível de escolaridade superior (completo e incompleto) atingiu 70%. Assim, pode-se afirmar que os eleitores estão mais exigentes em relação nível de escolaridade dos prefeitos.

Em relação à política de gestão de riscos e resposta a desastres, a pesquisa levantou informações acerca de eventos que implicam riscos nas áreas urbanas decorrentes de enchentes, alagamentos e deslizamentos de encostas, em todos os municípios do Brasil. Além disso, foi examinada a capacidade do poder público local em formular e gerir políticas públicas, com vistas ao planejamento e monitoramento desses eventos.

Desse modo houve o detalhamento das infor-

mações relativas à ocorrência de eventos causadores de desastres naturais em áreas urbanas ao longo dos últimos cinco anos e à existência estratégias de gestão de riscos.

É importante destacar que alguns desses eventos referem-se às características físicas dos municípios, como clima e padrão de distribuição das chuvas, bem como a declividade e os tipos de solo.

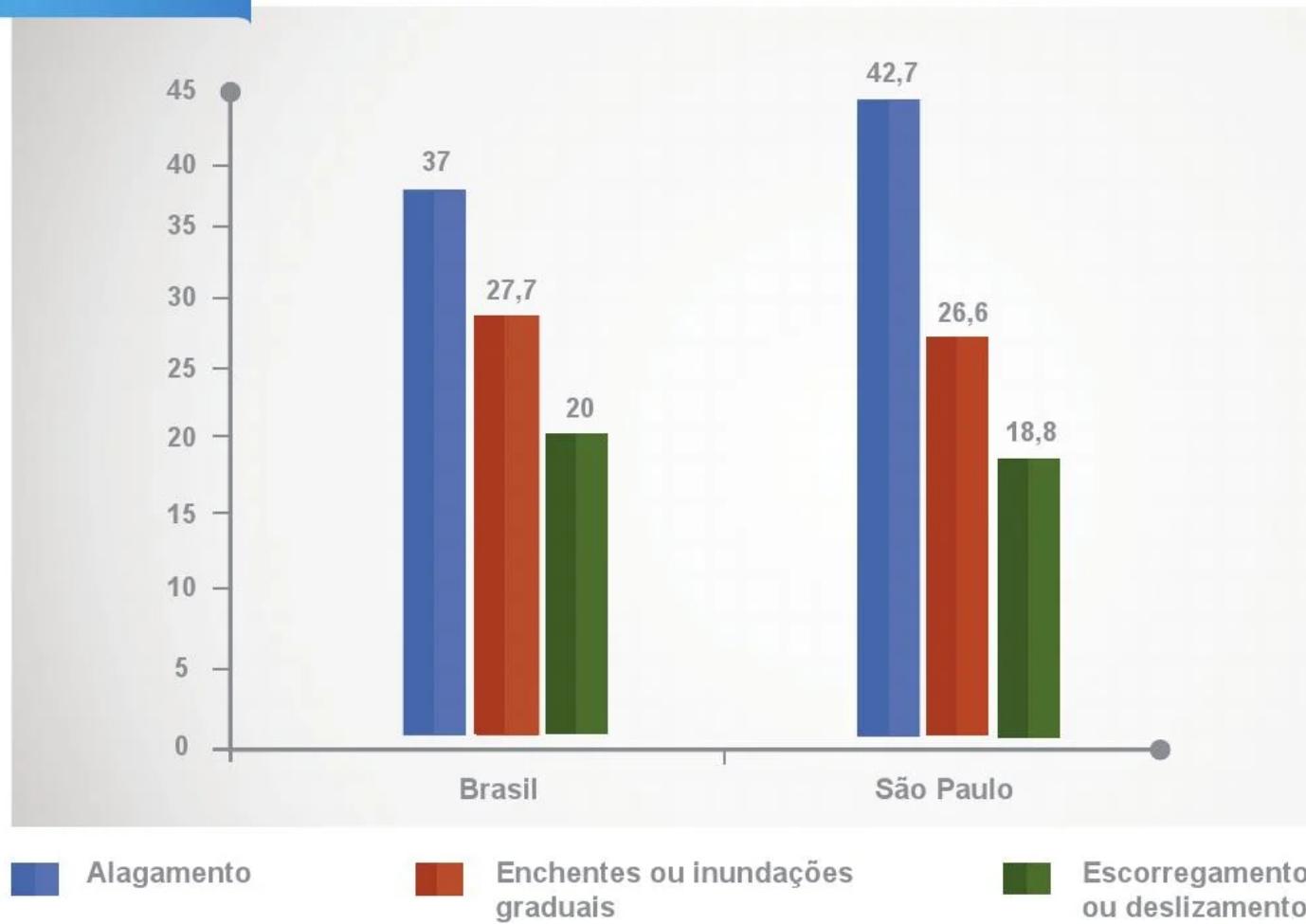
Porém, fatores relacionados a intervenções no espaço urbano como a existência de grandes áreas com ruas asfaltadas e superfícies cimentadas, ou impedimentos ao escoamento superficial da água, como sistemas de drenagem deficientes, podem contribuir para a ocorrência desses desastres. Por exemplo, 895 municípios

do Brasil (16%) e 121 (18,8%) no Estado de São Paulo sofreram com escorregamentos ou deslizamentos, decorrentes de infiltração de água das chuvas, associada a alterações nas condições naturais do relevo.

Do total de municípios do País, 37,1% sofreram a ocorrência de alagamentos nos últimos cinco anos e 27,7% enfrentaram enchentes ou inundações graduais. No Estado de São Paulo os alagamentos aconteceram em 42,7% das cidades. Em relação à ocorrência de enchentes ou inundações graduais não houve diferenças significativas entre os números de São Paulo e do Brasil.

Gráfico 2

Percentual de municípios do Brasil segundo a ocorrência de alagamentos, enchentes ou inundações graduais nos últimos cinco anos – 2013.



“Do total de municípios do País, 37,1% sofreram a ocorrência de alagamentos nos últimos cinco anos e 27,7% enfrentaram enchentes ou inundações graduais.”

Em contrapartida, em relação à existência de instrumentos de planejamento urbano que contemplam a previsão de riscos, percebe-se a maior presença nos municípios do Estado de São Paulo. No Brasil, 51,9% dos municípios possuíam elo menos um instrumento de planejamento ao

passo que, no estado de São Paulo esse indicador correspondia a 64,8%. Por fim, vale observar que a presença desses instrumentos está diretamente relacionada ao porte dos municípios. As menores localidades ainda carecem da presença de instrumentos de planejamento urbano.

Tabela 1

Percentual de municípios com existência de instrumentos de planejamento urbano por modalidade. Brasil e São Paulo – 2013.

Existência de Instrumentos de Planejamento Urbano (%)	Brasil	São Paulo
Total	51,9	64,8
Plano Diretor que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas.	17,2	19,2
Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas.	14,7	16,7
Lei específica que contemple a prevenção de enchentes ou inundações graduais, ou enxurradas ou inundações bruscas.	2,6	3,1
Plano Diretor que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.	7,7	8,5
Lei de Uso e Ocupação do Solo que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.	7,3	8,8
Lei específica que contemple a prevenção de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.	1,1	1,4

Jefferson Mariano - Doutor em Desenvolvimento Econômico e Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística.

Stephanie Tambor Vicente - Estagiária de Comunicação Social.



ÁREAS CONTAMINADAS NOS GRANDES CENTROS URBANOS: A ATUAÇÃO DO IPT

Por Nestor Kenji Yoshikawa e Leandro Gomes de Freitas*

Após o advento da revolução industrial, iniciou-se um processo de concentração de atividades fabris e serviços nos grandes centros urbanos, como no caso da Alemanha e dos Estados Unidos, mas que, por desconhecimento dos possíveis danos ambientais, não providenciaram o tratamento adequado dos resíduos gerados nos processos. No Brasil verificou-se um fenômeno semelhante, concentrado nas capitais dos estados, criando nas regiões do entorno, manchas urbanas com as mesmas consequências, ou seja, diversos passivos ambientais (áreas contaminadas a serem recuperadas).

Este fenômeno ocorreu a partir da década de 40, transcorrendo até a década de 90, quando se deu inicio um processo de mudanças, na qual a indústria buscou novas áreas para sua instalação, movidos por diversas razões, destacando-se questões de natureza fiscal, problemas socioambientais, logística e mão de obra, além da

valorização imobiliária nos grandes centros.

Neste período, devido ao desconhecimento e a falta de legislação sobre as questões ambientais, ocorreu uma intensa poluição ambiental, sendo a mais perceptível nos dia de hoje e a mais persistente, a contaminação provocada no solo, desde a superfície até o subsolo afetando inclusive os aquíferos.

Fontes de contaminação

De um modo geral, as fontes de contaminação podem ser associadas, principalmente, à disposição de resíduos da indústria, acidentes (vazamentos/derramamentos) e lixões (resíduos comerciais e domésticos).

Os resíduos industriais e as contaminações geradas por acidentes e vazamentos são tratados conforme a legislação vigente, com destaque para a Lei Estadual Paulista nº 13577 e a Resolução Federal Conama nº 420, ambas de

2009, que estabelecem padrões de referência e detalham os procedimentos para o gerenciamento destes passivos. Por outro lado, o lixo urbano (resíduos sólidos urbanos) possui outras características, pois além da geração de líquidos contaminantes, provenientes da matéria de orgânica putrescível, envolve a problemática da geração de gases explosivos (principalmente metano), que podem causar graves acidentes geotécnicos. O órgão ambiental que controla e fiscaliza as atividades produtivas com potencial de poluição, bem como o levantamento do inventário sobre os chamados passivos ambientais e disposição inadequadas de resíduos no solo (lixões e aterros controlados) é a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB. São divulgadas e atualizadas anualmente por este órgão as informações referentes às áreas contaminadas do Estado de São Paulo, sendo classificados pelo tipo de atividades geradoras das contaminações (Figura 01). Podem-se notar dois grandes grupos, quais sejam, contaminações originadas por resíduos e efluentes industriais, destinados inadequadamente, e contaminações por vazamentos de postos de

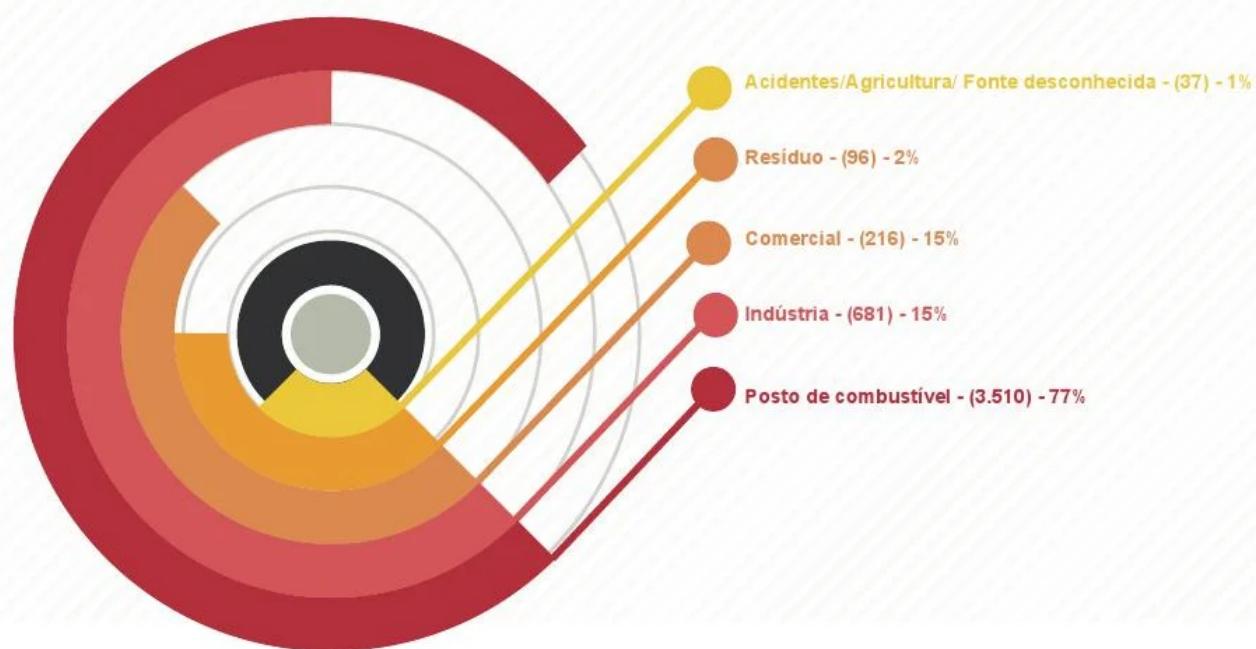
combustíveis. Na região metropolitana de São Paulo, são observados ambos os tipos, porém em relação ao Estado de São Paulo, a contaminação por fontes industrial é bem mais intensa, reflexo do histórico de concentração industrial observado na Capital e seu entorno.

Mercado de consultoria ambiental

Os primeiros estudos para o entendimento destes problemas foram conduzidos pela CETESB, que efetuou um trabalho de organização dos procedimentos, até a publicação de manuais, normas e por fim, resoluções, com força de lei, visando disciplinar e regular a questão relativa à contaminação do solo.

Os profissionais oriundos de universidades e instituições de pesquisas passaram a pesquisar e atuar com profissionais da área de meio ambiente, atendendo às demandas impostas pela legislação ambiental. A partir da Política Nacional do Meio Ambiente de 1981, este quadro legal vem evoluindo de tal forma que, tendo uma fiscalização efetiva, e a atuação de mão de obra qualificada, a questão ambiental relativa à po-

Figura 01. Distribuição das áreas contaminadas cadastradas por atividades no Estado de São Paulo (2012) (site www.cetesb.sp.gov.br: acesso em 05/05/2014).– Fonte CETESB



luição do solo tenderá a um equacionamento sob o aspecto da proteção ambiental e sustentabilidade.

Atualmente, cerca de 300 empresas atuam no mercado de consultoria no Estado de São Paulo para auxiliar os empreendedores no licenciamento e regularização ambiental.

O IPT e a consultoria ambiental

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, empresa pública pertencente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, tem como missão “Criar e aplicar soluções tecnológicas para aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida”.

Assim, o instituto, que prima pela isenção e ética no desenvolvimento e aplicação tecnológica para os mais diversos fins produtivos, está sempre atrelado ao tratamento a ser dado para o meio ambiente, considerando prioritária a prevenção dos impactos decorrentes de quaisquer atividades, bem como a recuperação dos possíveis danos associados.

Com este enfoque o IPT, por meio do Centro Tecnologias Geoambientais – CTGeo, atua em diversos ramos de aplicação visando à proteção ambiental, destacando se o Laboratório de Resíduos e Áreas Contaminadas – LRAC, que atua em situações estratégicas em parceria com o mercado de consultoria ambiental. As demandas atendidas pelo IPT são problemas relativos à poluição do solo (solo e água subterrânea) que envolvem interesses da comunidade e do Estado, conduzidos pelo Ministério Público, atendimento às empresas públicas do Estado de São Paulo e Prefeituras. (Fotos 1 e 2).

Quando o mercado de consultoria ambiental necessita de parceria para equacionamento de questões com maior complexidade, que necessitam de investimentos em pesquisas, principalmente, relacionadas às tecnologias de remediação de solos, o IPT busca atuar com o auxílio de recursos oriundo de órgãos de fomento, com a proposição de projetos de pesquisa

Desenvolvimento de tecnologias de remediação

Recentemente, sob auspícios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no programa Fundo Tecnológico - Funtec, o IPT, em parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo - DAEE, desenvolveu e testou tecnologias para remediação de solos por diferentes métodos. Para a reabilitação de uma área contaminada por substâncias tóxicas, deve-se seguir o Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, preconizado pela CETESB (1999), e ratificadas na legislação vigente. A etapa crucial, após o diagnóstico ambiental, é a elaboração do Plano de Intervenção (Decreto nº 59.263/13). No



Foto 1 – Diagnóstico ambiental em áreas da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitação – CDHU.



Foto 2 – Diagnóstico e Controle ambiental no Aeroporto de Registro – Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP.

projeto acima citado, o IPT elaborou e publicou o “Guia de Elaboração de Planos de Intervenção para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas”, com passo a passo para a reabilitação de uma área contaminada.

Dentre os métodos de remediação testados, a oxidação de contaminantes, que é uma das técnicas mais utilizadas atualmente, possui um procedimento complexo e trabalhoso, cujo controle operacional necessitava ser otimizado. No âmbito deste projeto foi desenvolvido um protótipo denominado de Sistema Móvel de Tratamento de Poluentes – SMTP para permitir maior controle e produtividade na aplicação dos métodos oxidativos e redutivos para remediação de contaminantes presentes no solo (Foto 3).

Este protótipo, que foi patenteado pelo IPT, possui mecanismos controlados por softwa-



Foto 3 – Sistema Móvel de Tratamento de Poluentes – SMTP do IPT.

re para mistura e aplicação no solo “in situ” de reagentes, visando aperfeiçoar o processo, com controle da mistura, pressão e vazão de injeção. Estes parâmetros de aplicação são determinados previamente em ensaios de bancada com amostras do local e através de ensaios piloto em campo.

Capacitação Laboratorial

Além do grupo que realiza diagnósticos ambientais em áreas contaminadas, o IPT conta com áreas de suporte laboratorial, primando

pelo desenvolvimento de métodos analíticos com equipamentos de ponta, visando dirimir cada vez mais as incertezas na obtenção de parâmetros necessários para os projetos recuperação ambiental de terrenos contaminados.

Referências Bibliográficas

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente .Resolução nº 420, de 28 de dezembro de 2009 “Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”. Publicado no DOU nº 249, de 30/12/2009, pág. 81-84.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO Manual de gerenciamento de áreas contaminadas. (Projeto CETESB - GTZ. Cooperação Técnica Brasil-Alemanha. 2ª Edição. Capítulo 8000), São Paulo- SP, CETESB, 1999, atualizado em 2004.

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Gerenciamento Ambiental Aplicada à Rua Cápuá - Diagnóstico Ambiental da Área de Estudo: Investigação Detalhada São Paulo: IPT, 2013a. (Relatório Técnico IPT nº 133 220-205).

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Avaliação da Tecnologia de Remediação por Tratamento Químico. São Paulo: IPT, 2013b. (Relatório Técnico IPT nº 135 569-205).

IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Desenvolvimento e validação de tecnologias para remediação de solo e água subterrânea contaminados com organoclorados - Plano de Intervenção São Paulo: IPT, 2014. Relatório Técnico IPT nº 135816-205.

MAXIMIANO, A. M. S.; MORAES, S. L.; TEIXEIRA, C. E. (Org.). Guia para elaboração de planos de intervenção para o gerenciamento de áreas contaminadas. 1ed. São Paulo: IPT/BNDES, 2013. 395 p.

SÃO PAULO (Estado). Lei no 13.577, de 08 de julho de 2009. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 8 jul. 2009.

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 59263 , de 05 de junho de 2013. Regulamenta a Lei No 13.577, de 2009, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 6 jun. 2013.

Nestor Kenji Yoshikawa

Pesquisador chefe do LRAC – CTGeo - IPT
Doutor em Engenharia – EPUSP

Leandro Gomes de Freitas

Pesquisador especialista do LRAC – CTGeo - IPT -
Engenheiro ambiental - UNESP


Santo Antônio da Alegria - 13 de junho

A mais de 300 Km da capital paulista, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais, Santo Antônio da Alegria elevado IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)


São Manuel - 17 de junho

A cidade se destaca por sua tradição e fé, contando com diversas rotas de turismo religioso. Na sede do município destacam-se a Igreja Matriz, o Santuário Sta. Teresinha e a Igreja de São Benedito


Nhandeara - 24 de junho

Nhandeara fica a 508 km da cidade de São Paulo. A cidade tem uma população de 10.725 habitantes. É calma e hospitaleira.


Rio Claro - 24 de junho

Fundada com o nome de "São João Batista do Ribeirão Claro". A cidade fica a 190 Km da Capital. Foi a primeira cidade paulista a receber energia elétrica.



Regente Feijó - 28 de junho

A história do município é ligada à Estrada de Ferro Sorocabana, e possui como principais fundadores: Capitão Francisco Witaker, Augusto Vieira, Antônio Vieira e Joaquim Lúcio Fortunato.



Morungaba - 29 de junho

Estância Climática localizada a 103 Km da Capital, Morungaba nasceu em 1886. Emancipou-se administrativamente em 1965.



Ibitinga - 04 de julho

Com a distância de 360 Km da Capital. É uma estância turística das mais agradáveis. É a capital nacional do bordado, produto base de toda a economia do município.



Rio das Pedras - 10 de julho

Fundada em 1894 com o nome de Freguesia do Senhor Bom Jesus de Rio das Pedras, a cidade cresceu e se emancipou. Fica a 172 Km da Capital.



Andradina - 11 de julho

Localizada a 630 Km de São Paulo, Andradina nasceu em 1932 tendo obtido sua autonomia administrativa em 30 de dezembro de 1938, quando foi desmembrada do município de Valparaíso.



Campinas - 14 de julho

A 100 Km de São Paulo, Campinas nasceu em 1774. Teve no café e na cana-de-açúcar seu primeiro grande motor de desenvolvimento. É hoje uma das mais desenvolvidas do Estado.

Controle interno:

uma providência imediata

Por Isabela Giglio *

Os Tribunais de Contas de todo o país vêm reforçando em seus relatórios e pareceres a necessidade de os Municípios tomarem as medidas adequadas para a implementação do controle interno.

Mas em que consiste o controle interno?

O controle interno está previsto na Constituição com o objetivo de salvaguardar os bens e recursos públicos, com vistas à sua adequada utilização, como forma de alcance de eficiência na gestão pública.

Na prática, pode-se dizer, em linhas gerais, que o controle interno se concretiza a partir da realização de uma espécie de fiscalização sobre funcionários encarregados de executar os programas orçamentários e da aplicação de dinheiro público, por seus superiores hierárquicos.

Também incumbe ao controle interno a fiscalização acerca do cumprimento das disposições

da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Essa fiscalização deve ocorrer, em regra, no âmbito dos Três Poderes, quais sejam, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Para que se realize, de modo efetivo, o controle interno, os Municípios devem, num primeiro passo, definir a sua estrutura.

Para a criação tanto da estrutura do controle interno, quanto do procedimento para sua efetiva realização, é recomendável que o Prefeito nomeie, por meio de portaria, alguns servidores para constituírem um grupo de trabalho, a quem caberá realizar todo o mapeamento da estrutura do controle interno e definir a sua forma de realização.

O grupo de trabalho deve, a partir do contexto municipal, traçar a estrutura de controle que se pretende realizar, considerando-se as atribuições e responsabilidades de cada administrador

ou encarregado por centros de competência.

Em geral, aos funcionários com função de chefia compete controlar a execução dos programas afetos à sua área de responsabilidade e zelar pela observância das normas legais e regulamentares que orientam as respectivas atividades. É indispensável, pois, que a estrutura e a distribuição das funções estejam claramente estabelecidas e aprovadas, após o que deverá ser definida a forma pela qual o controle interno será realizado nos diversos órgãos da Administração Pública, já que a Constituição Federal silencia a esse respeito.

Uma vez concluído o trabalho do grupo, deve o Prefeito aprová-lo, por meio de nova portaria, criando, efetivamente, o controle interno no Município.

É importante anotar, ainda, que caberá ao grupo de trabalho observar o conteúdo das Instruções nº 02/2008 do Tribunal de Contas do Estado, dirigidas aos Municípios.

Os responsáveis pelo controle interno têm o dever de noticiar ao Tribunal de Contas a ocorrência das irregularidades ou ilegalidades de que tiverem conhecimento, sob pena de responderem solidariamente com os seus respectivos autores, conforme prevê a Constituição Federal.

Na mesma hipótese, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato também possuem legitimidade para apresentar a denún-

cia ao Tribunal de Contas.

Tendo em vista a exigência constitucional relativa à realização do controle interno, aliada à cobrança dos Tribunais de Contas, é altamente recomendável que os Municípios tomem as providências necessárias para a sua efetiva criação.



Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” (isabela@conam.com.br).

ICMS no celular

mais um serviço aos municípios paulistas:



Previsão atualizada do ICMS toda segunda-feira;
Datas dos próximos cursos oferecidos pela APM;
Confirmação de inscrição e vagas dos cursos;
Repasses do Governo aos Municípios.



CONTRATAÇÃO INTEGRADA:



Será o fim dos adiantamentos contratuais por falhas de engenharia que antecedem as obras públicas?

Por Cristina Barbosa Rodrigues e Antonio Sergio Baptista *

A *Lei 12.462/2011*, ao implantar o RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas institui, como diz a ementa, uma forma diferenciada de licitar bens e serviços para atender, na sua primeira versão, as peculiaridades dos grandes eventos esportivos que o país abrigaria, os quais exigiriam a execução de grandes obras e a realização de serviços estratégicos, voltados à melhoria da infraestrutura nacional.

Tal regime, após as alterações introduzidas pelas *Leis n°s. 12.688/12, 12.722/12, 12.745/12 e 12.980/14*, também pode ser utilizado para a realização das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para as obras

e serviços de engenharia: no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS; dos sistemas públicos de ensino e ainda, na construção, ampliação e reformas de estabelecimentos penais e sócio educativos ingressando, efetivamente, na rotina das contratações públicas de todos os entes federativos.

O novo diploma, que agora integra o cipóal de normas sobre certames públicos, ao lado das *Leis n°s. 8.666/93 e 10.520/2002* objetiva, em especial, ampliar a eficiência na execução dos contratos celebrados pelo Poder Público, bem como incentivar a inovação tecnológica e promover a troca de experiências, em busca da melhor

relação entre custos e benefícios para o setor público cria, em seu artigo 9º, um novo regime de execução indireta de obras e serviços de engenharia, a chamada contratação integrada, no qual a mesma empresa que executará a obra também é responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo da mesma.

No ponto, é relevante lembrar que a *Lei 8.666/93*, estatuto que se aplica às contratações não abrangidas pela nova lei, veda em seu artigo 9º a participação na licitação, direta ou indiretamente, do autor do projeto básico ou executivo da obra que a Administração licitará mas, contudo, permite que nessas contratações se inclua, apenas e tão somente, a elaboração do projeto executivo como encargo do contratado.

Além disso, o mesmo estatuto, no seu *art. 7º, § 2º, I e II*, também impõe que nenhuma obra ou serviço de engenharia poderá ser licitado sem que exista, previamente, o projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do certame, bem como orçamento detalhado em planilhas, que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

A *Lei nº 8.666/93* ainda assevera, no *artigo 40, § 2º, I e II*, que constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante, o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos.

No entanto o RDC, excepcionando as aludidas vedações e restrições da *Lei nº 8.666/93*, no intuito de reduzir as alegações de incongruências entre o projeto básico e o executivo, que acarretavam paralisações e aditamentos contratuais que, via de regra, aumentavam o valor da obra em relação àquele inicialmente avençado, agora permite que o próprio contratado fique incumbido de executar as etapas prévias das obras e/ou serviços de engenharia que irá realizar, ou seja, permite a elaboração dos projetos básico e executivo.

Assim sendo e por força de tal possibilidade, fica limitada a alegação de incongruências entre o que foi projetado e o que é executado, havendo clara restrição para a realização de aditamentos que visem alterações na execução das obras ou serviços abrangidos pela nova sistemática albergada no RDC.



Neste passo, abre-se um parênteses para lembrar que este regime de execução não é totalmente inovador, posto que tem como precedente normativo o regulamento de procedimento licitatório simplificado da Petrobras, aprovado pelo *Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998*.

A contratação integrada, conforme disciplina traçada no *artigo 9º da Lei do RDC* compreende, num único contrato: a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo; a execução de obras e serviços de engenharia; a montagem e realização de testes; a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto pactuado e apenas poderá ser utilizada se técnica e economicamente viável e justificada, devendo ser licitada mediante critério de julgamento de técnica e preço.

Entretanto, se a contratação integrada de



um lado promove a celeridade e eficiência, restringindo a formalização de aditivos, por outro, em razão da ausência de prévio projeto básico, pode dificultar a correta descrição do objeto licitado, prejudicando a elaboração das propostas e o controle da execução contratual, bem como da metodologia aplicada, por parte da Administração

Tudo isso porque é justamente no projeto básico que é especificada a obra e/ou serviço de engenharia. Tal documento é composto pelo conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para garantir a viabilidade técnica e o correto tratamento do impacto ambiental do empreendimento, bem como possibilitar a avaliação dos custos, definição dos métodos e dos prazos de execução, devendo ainda conter, no mínimo, os elementos relacionados no parágrafo único do *artigo 2º da Lei do RDC*.

Por outro lado, o receio das consequências da falta de parâmetros para os licitantes e para o controle da execução por parte da Administração, é mitigado pela norma grafada no *art. 9º, § 2º, I, da Lei do RDC*, que introduz no ordenamento a figura do anteprojeto de engenharia, instrumento que deve contemplar os documentos técnicos destinados a possibilitar, com grau de detalhamento tecnicamente suficiente, a caracterização e o dimensionamento da obra ou serviço licitado.

Aliás, é oportuno lembrar que as exigências da *Lei nº 8.666/93*, quanto à existência prévia de projeto básico e executivo, nunca impediram que significativo número de obras tivessem seus contratos aditados ou até mesmo fossem paralisadas, em razão da constatação prática da necessidade de alteração desses projetos, muitas vezes realizados sem considerar as peculiaridades do local, do momento, do prazo ou das características fáticas do empreendimento.

Assim, temos que o anteprojeto que norteará os licitantes, muito embora seja mais simples do que o projeto básico propriamente dito, terá a missão de já delinear os contornos gerais do objeto da contratação, sob pena, de inviabilizar a seleção da proposta mais vantajosa.

No âmbito dos municípios, alvo destes comentários, o RDC pode ser aplicado para as obras e serviços de engenharia que envolvam os sistemas de saúde e ensino ou, também, naquelas vinculadas aos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

De qualquer forma o RDC, além de agilizar as licitações de obras e serviços de engenharia, traz uma luz, para um assunto sombrio e vergonhoso - os aditamentos de valor -, sempre aliado com as contratações que tratam da execução de obras públicas, dificultando ou mesmo vedando sua ocorrência.

Cristina Barbosa Rodrigues

Advogada, especialista em Direito Administrativo.
Membro do Conselho Técnico da APM.

Antonio Sergio Baptista

Advogado, especialista em Direito Público.
Coordenador do Conselho Técnico da APM.



Economia de água

Claudio Manesco

Em tempos em que os cidadãos privilegiados estão flertando com um problema que as populações mais pobres conhecem bem – a falta de água – vale lembrar uma história hilária passada com um conjunto de jovens em temporada carnavalesca no litoral.

A década era a de 80 e uns 20 jovens, ora espalhados pelo mundo, resolveram se encontrar na casa de um deles numa praia – então, razoavelmente rústica – do litoral sul de São Paulo.

A casa era boa, assobradada, mas a água era oriunda de um poço artesiano e dependia do funcionamento de uma bomba que a armazenava numa caixa com capacidade limitada. Um problema adicional: a bomba era um tanto quanto temperamental e às vezes negava fogo.

Nos hiatos de seu funcionamento, cabia economizar água para que não faltasse para a comida, para as necessidades funcionais e para o banho.

Com o cenário montado, cabe descrever o perfil dos moradores temporários. Jovens urbanos, todos morando na capital, sendo que a maioria vinha de uma mesma cidade do sudoeste paulista. Tinha os mais descolados, os intelectuais, os alienados, os já estabelecidos na vida, os sem rumo, os disciplinados, os anárquicos e uma

característica comum era o gosto pela bebida, farra e mulheres.

Saíam logo de manhã em grupos reduzidos para tomar sol, beber e paquerar. Numa jorna- da dessas um grupo mais atirado se enturhou com umas meninas paulistanas e resolveu leva- las para casa com o intuito de fazer uma festi- nha regada de cerveja e caipirinha e sustentada por um arroz com frango de feitio coletivo.

Um pequeno parêntesis: todos na casa ti- nham a noção da necessidade de economia de água, mas nas suas imediações instalaram-se outros jovens, logo apelidados de vizinhos e que – com a concordância do pessoal da casa – podiam usar suas instalações desde que com a devida moderação.

Voltando a festa, que rolava solta, um dos in- tegrantes entrou no banheiro para tomar um banho com uma das garotas. Nesse meio termo um dos grupos chegava atrasado da praia, sem ter a noção do que estava ocorrendo. Nele esta- va um jovem que todos sabiam, era do tipo dis- ciplinado e que metia a boca em quem não era, sobretudo no que dizia respeito a manter a casa limpa e a caixa d' água abastecida.

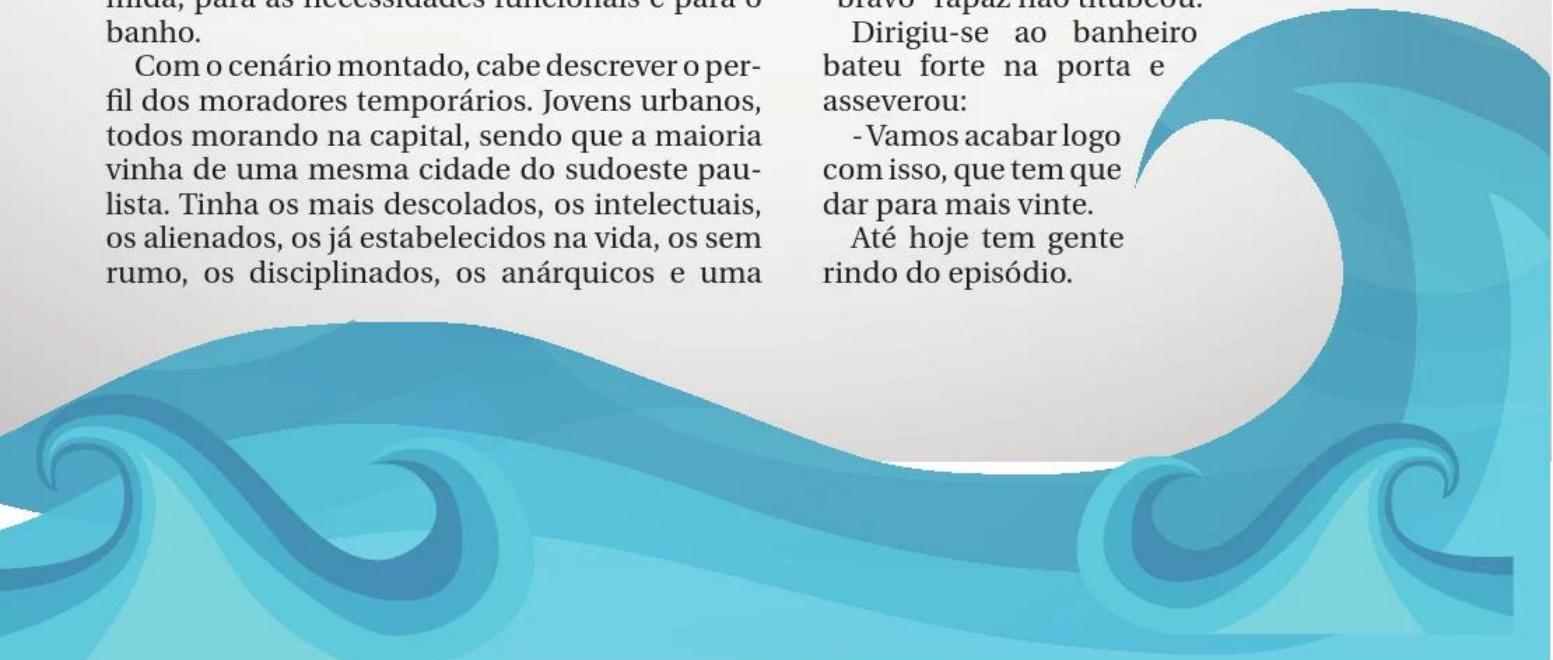
Sabedor da “braveza” do personagem, outro – extremamente gozador e que gostava de ver o circo pegar fogo, vislumbrou uma oportunidade de armar um rebu. Nem bem o bravinho havia chegado e ele foi logo instigando: meu, tem um vizinho tomando banho há mais de uma hora e já o avisamos e o abusado não se toca.

Ignorando o fato de que não havia vizinho algum no banheiro, apenas um dos integrantes da casa se divertindo com sua paquera, o nosso “bravo” rapaz não titubeou.

Dirigiu-se ao banheiro bateu forte na porta e asseverou:

- Vamos acabar logo com isso, que tem que dar para mais vinte.

Até hoje tem gente rindo do episódio.





Carteira de Agente Público Municipal

Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que integram os municípios associados à APM, podem solicitar a sua.
Uma prática carteirinha confeccionada pensando
em você Gestor Municipal

Solicite a sua !

Fone: (11) 2165.9999
apaulista@apaulista.org.br



Linhas de financiamento para o setor público.

Financiamos o desenvolvimento do seu município.

Conheça as linhas de financiamento da Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista para o setor público, com taxas de juros a partir de 0,49%* ao mês + IPC-Fipe e até 72 meses para pagar.

LEWIS & BROWN

*Condições gerais no site. Ouvidoria: 0800 770 6272.

Linha Economia Verde Municípios
Crédito para financiar investimentos municipais destinados ao incentivo da sustentabilidade e à preservação do meio ambiente, de acordo com a política de responsabilidade ambiental.

Linha Via SP
Financia investimentos municipais destinados para a implantação e melhoria relativa à pavimentação asfáltica.

Linha Distrito Industrial
É indicada para obras de infraestrutura básica para a instalação e adequação de distritos industriais.

Linha Iluminação Pública
Financiamento de projetos para a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública dos municípios. Itens financeáveis: vãculos, equipamentos, conjuntos luminotácticos, redes exclusivas de IP, montagem de call center, sistemas de gestão de IP, equipamentos de proteção individual e coletiva, capacitação e treinamento, elaboração de projetos, levantamentos e inventários.

Linha Distribuição e Abastecimento
O incentivo de que o seu município precisava para a construção e adequação de centros de distribuição e abastecimento de produtos agropecuários, desenvolvendo a capacidade de comercialização da sua região.

Linha Arena Multiúso
Crédito exclusivo para a construção ou reforma de arena multiúso para que o seu município tenha um local destinado a eventos, exposições, seminários e à convivência social, esportiva e cultural.

Mais informações:

www.desenvolvesp.com.br | Telefone: (11) 3123-0464